

PETRONILA MESQUITA VIDERES

**SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS
CURRICULARES NACIONAIS E EM CURRÍCULO
ESCOLAR DE UNIDADES DE ENSINO
FUNDAMENTAL DE JOÃO PESSOA - PARAÍBA**

Orientadora: Prof.^a Doutora Marisete Fernandes de Lima

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2015

PETRONILA MESQUITA VIDERES

**SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS
CURRICULARES NACIONAIS E EM CURRÍCULO
ESCOLAR DE UNIDADES DE ENSINO
FUNDAMENTAL DE JOÃO PESSOA - PARAÍBA**

Tese defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 14 de abril de 2015, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº: 528/2014, de 18 de dezembro de 2014, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor António Teodoro - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Arguentes:

Prof.^a Doutora Isaura Pedro - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Vogais:

Prof. Doutor Óscar Conceição de Sousa - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador:

Prof.^a Doutora Marisete Fernandes de Lima – Universidade Federal de Paraíba - Centro de Educação

Co-orientador:

Prof.^a Doutora Ana Carita - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Educação

Lisboa

2015

Ensinar exige o reconhecimento de ser condicionado

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Esta é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado. A diferença entre o inacabado que não se sabe como tal e o inacabado que histórica e socialmente alcançou a possibilidade de saber-se inacabado. Gosto de ser gente porque, como tal, percebo afinal que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo. Seria irônico se a consciência de minha presença no mundo não implicasse já o reconhecimento da impossibilidade de minha ausência na construção da própria presença. [...]” (FREIRE, 2002, p.23).

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos adolescentes que sempre serão fonte de inquietação na busca de renovação e esperança para um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de todo o conhecimento.

A Guilherme, Anna Karina e Renato, pela confiança e incentivo na realização deste Mestrado.

À professora Dra. Marisete Fernandes de Lima, pela orientação e ensinamentos ministrados e, sobretudo, pelo estímulo às minhas atividades profissionais.

Ao corpo docente do mestrado, pela competência com que sempre conduziu seus ensinamentos.

Aos dirigentes e funcionários do Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa, pela contribuição e receptividade para a efetivação deste trabalho.

Aos colegas Maria Senharinha, Rosa Queiroz e Antônio Gomes, companheiros de estudo, pelo incentivo na conclusão das atividades.

Aos colegas da Universidade Federal da Paraíba, pelo estímulo e apoio nas etapas de estudo e pesquisa.

Aos Entrevistados, pela colaboração e disponibilidade em contribuir com a condução desse trabalho.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Perfil sociodemográfico dos estudantes	70
Quadro 2:	Perfil sociodemográfico dos professores	71
Quadro 3:	No que respeita à representação dos estudantes sobre a sexualidade, as estratégias seguidas na escola e os ganhos formativos alcançados.....	80
Quadro 4:	No que respeita à gestão curricular dos professores e suas representações, opiniões e conhecimentos sobre o tema.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BIRD	Banco Mundial o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CNE	Conselho Nacional de Educação
DST	Doença Sexualmente Transmissível
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FINEP	Fundação Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IBGE	Instituto nacional de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

RESUMO

A presente pesquisa tem como finalidade analisar a inclusão do tema sexualidade previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no Currículo Escolar de Escolas Públicas de Ensino Fundamental em João Pessoa – PB. Optamos por uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, para que por meio das entrevistas individuais semiestruturadas pudéssemos obter informações sobre como está sendo abordado o tema sexualidade em sala de aula. A amostra constituiu-se de dez estudantes e seis professores de duas escolas públicas de ensino fundamental. É importante destacar que a sexualidade humana envolve diversos fatores os quais determinam conceitos, preconceitos e mitos oriundos de uma sociedade que interfere na sexualidade como um instrumento de repressão. Os PCN foram organizados pelo Ministério da Educação com a intenção de aumentar a eficiência no processo de ensino-aprendizagem, servindo de orientação na organização do currículo nas escolas do Ensino Fundamental e Médio brasileiro, para tanto, o mesmo foi organizado de forma a corresponder à praticidade de manuseio do professor em sua aplicação. Os temas transversais nos PCN sugerem a orientação para trabalhar a sexualidade nas escolas precisamente para que os conteúdos obtenham um enfoque crítico e reflexivo, de modo que os alunos não apenas recebam informações, mas que possam compreender a importância de inserir em sua rotina diária as orientações compartilhadas, objetivando vivenciar uma vida sem discriminações e preconceitos, mas que o valor maior seja uma vida sexual saudável, prazerosa, consciente e responsável, uma vez que se detecta grande índice de gravidez precoce, aumento dos casos de doenças sexualmente transmissíveis, constatado através das pesquisas citadas no decorrer da revisão de literatura. As considerações finais apontam que os alunos adquirem informações sobre sexualidade fora da educação formal; que a sexualidade é pouco ou quase nada discutida e quando tratada, é vinculada unicamente ao fator biológico e questões relacionadas com a reprodução e métodos de prevenção, não incluindo a abrangência além da dimensão da saúde. Não foi detectada a natureza transdisciplinar na abordagem da sexualidade no currículo escolar, este enfoque foi sugerido para ser abordado nas disciplinas de ciências. A pesquisa demonstrou que não existem programas de orientação sexual desenvolvidos pelas escolas e as questões são abordadas de modo pontual e sem perspectiva de um processo contínuo. Os alunos acreditam ser significativo ter a escola como fonte de informação para a compreensão do tema, porém, os próprios professores não assimilaram o quanto é fundamental inserir nos conteúdos curriculares e programáticos, o caráter condutor dos PCN.

Palavras-chave: Parâmetros Curriculares Nacionais, Escolas e Sexualidade.

ABSTRACT

This research aims to analyze the inclusion of the theme "sexuality" as foreseen in the National Curriculum Parameters (PCN) into the Curriculum of Public Elementary School Units in João Pessoa – Paraíba. We have chose a qualitative research, of a descriptive kind, so that through semi-structured individual interviews we could obtain information about how the sexuality theme is being approached in the classrooms. Te sample consisted of ten students and six teachers of two public elementary schools. It is important to emphasize that human sexuality involves many factors which determine concepts, prejudices and myths that come from a society that interferes in sexuality as an instrument of repression. The PCN were organized by the Ministry of Education with the intent of increasing the efficiency of the teaching-learning process, to provide guidance in the organization of the curriculum in Brazilian schools of elementary and high school and, for that, it was organized to match the practical handling of the teacher in its application. The transversal themes in the PCN suggest guidance for dealing with sexuality in schools precisely so that the contents get a critical and reflective focus, so that students not only receive information, but they can understand the importance of putting into their daily routine the shared guidelines, aiming to be able to experience a life without taboos, discrimination and prejudice, but so that the most important is a healthy, joyful, conscious and responsible sex life, since it has been detected a great index of early pregnancy, an increase in cases of sexually transmitted diseases, found by the researches quoted at the bibliographic review. The final considerations show that the students acquire information about sexuality outside of formal education; that sexuality is hardly ever discussed and when treated, it is uniquely linked to biological factors and issues related to reproduction and prevention methods, not including a scope beyond the health subject. We did not detect any transdisciplinarity at the approach of sexuality at the school curriculum. This approach was suggested to be used at the sciences classes. The research has shown that there are no sexual orientation programs developed by schools and the issues are approached in a spotting way without any perspective of a continuum process. The students believe it is important to have school as a source of information to the comprehension of the theme, however, teachers themselves did not assimilate how much it is fundamental to include the guiding nature of the PCN at the school curriculum and program.

Keywords: National Curriculum Parameters, Schools, Sexuality.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL E HISTÓRICA	
SOBRE SEXUALIDADE HUMANA	16
1.1 CONCEITO SOBRE SEXUALIDADE HUMANA.....	18
1.2 HISTÓRIA DA SEXUALIDADE HUMANA.....	21
1.3 FUNÇÃO DA SEXUALIDADE HUMANA	31
2 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Instrumento	
de Regulação do Ensino Nacional	34
2.1 INTRODUÇÕES HISTÓRICO-CONCEITUAL DOS	
PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	35
2.2 DIRETRIZES DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.....	36
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES	
NACIONAIS	38
2.4 FUNÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.....	43
3 SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES	
NACIONAIS: Compromisso/Diretrizes	48
3.1 FINALIDADE DO TEMA SEXUALIDADE NO PROCESSO	
EDUCACIONAL.....	53
3.2 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS CONTEMPLANDO O	
COMPROMISSO DE FORMAÇÃO	55
3.3 APLICAÇÃO NA VIDA PRÁTICA DEFINIDAS NOS PARÂMETROS	
CURRICULARES NACIONAIS - COMPETÊNCIAS.....	58
4 PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA DA PESQUISA	62
4.1 PROBLEMÁTICA	63
4.2 METODOLOGIA	64
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	72
5.1 O TEMA SEXUALIDADE NA VISÃO DOS ALUNOS	73
5.2 O TEMA SEXUALIDADE NA VISÃO DOS PROFESSORES.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
APÊNDICES	106
ANEXOS	110

INTRODUÇÃO

“A sede de conhecimento parece ser inseparável da
curiosidade sexual.”

SIGMUND FREUD

A preocupação com Educação Sexual, tema desta pesquisa, surgiu de minha experiência e prática profissional no desenvolvimento das atividades, com adolescentes na clínica, na escola e na comunidade, além da participação sistemática em projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), desenvolvidos com profissionais de educação.

A abordagem do tema expressa uma questão recorrente ao longo de minha trajetória profissional, que aponta para a necessidade em compreender o sentido da relação da educação, da escola e das práticas pedagógicas com as demandas sociais no campo da educação sexual. Estas demandas assinalam para o entendimento da educação sexual como um componente inserido no currículo escolar, focado na apresentação da sexualidade humana com relação às suas diferenças e sua função. Porém, minha inquietação também é pesquisar se a educação trabalha o tema da sexualidade unicamente com a reprodução, ou seja, na negação das práticas e desejos corporais subjetivos dos alunos (afeto, carinho, amor, sonho), tão importantes para o seu desenvolvimento psicossocial.

O ambiente escolar se depara com diversas violações dos direitos da criança e do adolescente, percebe-se que muitas adolescentes estão sendo excluídas da escola por causa de gravidez precoce, ainda se constata preconceitos com homossexuais, entre outras violações. Diversas pesquisas estão sendo realizadas nas escolas brasileiras para avaliar como vêm sendo tratados os temas relacionados à sexualidade, e de que maneira o poder público pode fazer suas intervenções. Entre essas, destacam-se a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar - PeNSE 2012 e a Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, que enfocarei ao longo desta Dissertação.

Atualmente, vê-se uma preocupação no que se refere a questões relacionadas ao tema sexo, sexualidade. O que antes era mantido no sigilo, hoje é exposto e exibido de forma exagerada. Reconhece-se que, desde a infância, as pessoas devem ser adequadamente informadas sobre seu próprio corpo, bem como suas manifestações, como condição indispensável para o equilíbrio emocional e o bem-estar, fatores fundamentais para estruturação da personalidade. Portanto, valores são revistos, tabus e preconceitos criticados. Nesse quadro há necessidade de tratar o tema sexualidade e sexo com seriedade, segurança, respeito e

responsabilidade. Um diálogo aberto e franco que contemple o tema deve acontecer de forma efetiva e clara.

A curiosidade sobre as dúvidas, desejos de encontrar respostas gerou o tema e, assim, a necessidade de realizar a pesquisa estruturada com alunos e professores do último ano do ensino fundamental, objetivando analisar a inclusão do tema sexualidade no currículo escolar de Escolas Públicas de Ensino Fundamental em João Pessoa – PB.

Atendendo ao objetivo, a pesquisa se deu do tipo descritiva de natureza qualitativa, haja vista que teve como “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p 42), ou seja, a abordagem da educação sexual no Currículo Escolar. Considerando que “são inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática” (GIL, 2002, p. 42), utilizamos como instrumentos de coleta de dados documentos e entrevistas semiestruturadas. As informações foram colhidas nas Escolas Públicas aqui denominadas (A) e (B), no município de João Pessoa, entre os meses de março e abril de 2012.

Segundo Minayo (2004), a pesquisa qualitativa supõe contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada. Desta forma, os sujeitos da pesquisa são tão importantes quanto o conhecimento construído pelo pesquisador. As pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41). Portanto, mantendo a coerência com o objetivo da pesquisa, a metodologia enquadra-se como Qualitativa de natureza Exploratória.

Nesta perspectiva, pretendeu-se fazer uma relação entre os conteúdos da sexualidade, previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e sua presença e aplicabilidade nos currículos e planos de ensino e de aula, nas escolas públicas pesquisadas. Os dados obtidos foram identificados, registrados, analisados,

quanto à presença do tema sexualidade, previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos Planos Pedagógicos de Ensino, Planos de Aula e sua aplicação em sala de aula. Participaram no estudo 06 (seis) professores e 10 (dez) alunos do nono ano do ensino fundamental das Escolas Públicas (A) e (B), na faixa etária de 13 a 17 anos, de ambos os sexos e selecionados aleatoriamente.

Com relação à dissertação, esta foi organizada em cinco Capítulos que por sua vez foram estruturados da seguinte forma:

No Capítulo 1, tratamos da Contextualização Conceitual e Histórica sobre Sexualidade Humana, apresentando conceitos de vários autores que estudam com a temática abordada e a definição usada nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

No Capítulo 2, destacamos os Parâmetros Curriculares Nacionais como Instrumento de Regulação do Ensino Nacional implantado no Brasil em 1997, fazendo uma introdução histórico-conceitual, as diretrizes, contextualização e suas funções, onde aludiremos alguns aspectos abordados pelos Parâmetros no que se referem ao ensino de atitudes e valores fundamentais no processo educacional.

O Capítulo 3, abordamos a Sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais, enfocando os compromissos e as diretrizes previstas para a discussão nas escolas do ensino Fundamental e Médio, bem como apresentamos pesquisas realizadas nas escolas para traçar perfil da situação dos estudantes e a realidade das escolas.

No Capítulo 4, descreveremos a Problemática e a Metodologia da Pesquisa, os objetivos, o método utilizado, e a caracterização das Escolas e dos procedimentos desta Pesquisa.

Expõem-se, no Capítulo 5 a Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados das informações coletados junto aos sujeitos da pesquisa, alunos e professores de escolas públicas de João Pessoa - PB.

Nas Considerações Finais, fizemos uma síntese das reflexões que resultam da pesquisa, onde procuramos abordar como o tema Sexualidade previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, tem sido tratado nas escolas destacadas, conforme os resultados encontrados.

Por fim, organizamos a Referência com a bibliografia utilizada, reunindo os autores que deram suporte às argumentações e posicionamentos em defesa do cumprimento dos objetivos da pesquisa.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO CONCEITUAL E HISTÓRICA SOBRE SEXUALIDADE HUMANA

O que será, que será?

Que andam suspirando pelas alcovas
Que andam sussurrando em versos e trovas
Que andam combinando no breu das tocas
Que anda nas cabeças anda nas bocas
Que andam acendendo velas nos becos
Que estão falando alto pelos botecos
E gritam nos mercados que com certeza
Está na natureza
Será, que será?
O que não certeza nem nunca terá
O que não tem conserto nem nunca terá
O que não tem tamanho ...

O que será, que será?
Que vive nas ideias desses amantes
Que cantam os poetas mais delirantes
Que juram os profetas embriagados
Que está na romaria dos mutilados
Que está na fantasia dos infelizes
Que está no dia a dia das meretrizes

No plano dos bandidos dos desvalidos
Em todos os sentidos...

Será, que será?
O que não tem decência nem nunca terá
O que não tem censura nem nunca terá
O que não faz sentido...
O que será, que será?

Que todos os avisos não vão evitar
Por que todos os risos vão desafiar
Por que todos os sinos irão repicar
Por que todos os hinos irão consagrar
E todos os meninos vão desembestar
E todos os destinos irão se encontrar
E mesmo o Padre Eterno que nunca foi lá
Olhando aquele inferno vai abençoar
O que não tem governo nem nunca terá
O que não tem vergonha nem nunca terá
O que não tem juízo...

Chico Buarque de Holanda

1.1 CONCEITOS SOBRE SEXUALIDADE HUMANA

Neste capítulo apresentaremos vários conceitos de sexualidade enfocados por diversos autores como também em documentos oficiais. Apontaremos como o tema sexualidade foi abordado ao longo da história, o que nos mostrou os diversos aspectos morais e sociais que influenciavam nos costumes e nas atitudes da sociedade. É preciso ressaltar que abordar o tema não quer dizer atribuir valores, normas e formas de viver à sexualidade e construir as identidades dos sujeitos.

A sexualidade nos remete à origem do ser humano, da sua identidade, do próprio conhecimento, da curiosidade, das descobertas e da sua própria história de inserção no seu meio social. É um tema que desperta interesse e fascínio. Faz parte do ciclo vital, tanto pelos aspectos biológicos para continuidade da espécie, como pelos fatores psicológicos, na obtenção do prazer; socialmente construído em conformidade com a história do sujeito nas diferentes culturas, o que contribui para a construção da sua identidade.

Sexualidade tem haver com identidade e com as infinitas maneiras de ser homem ou de ser mulher na sociedade e na cultura e com o caminho pessoal da construção de cada um. As relações de gênero que a partir daí se estabelecem são outra questão central relacionada a sexualidade humana. O corpo, suas sensações, desejos, sentimentos, a saúde e as doenças, o prazer e a reprodução são partes fundamentais dessa história (EGYPTO, 2009, p. 341).

O tema 'sexualidade' tem sido abordado ao longo do tempo, associado a significados ligados à obscenidade, pecado e proibição, trazendo danos severos à vida humana, influenciando de forma inadequada a vida das pessoas e mudanças substanciais nas relações sociais e de poder.

É possível, então, afirmar que a questão da sexualidade perpassa várias instâncias da vida social por estar implícita em temáticas as mais diversas como cidadania, dignidade, educação, ética, felicidade, liberdade e saúde, o que deixa entrever os aspectos políticos e pedagógicos inerentes ao tema. Some-se a isso o viés mercadológico suscitado pelo capitalismo e, nas últimas décadas, pela mídia, que em última instância é regulada pelo mercado, os

quais ditam as regras de comportamento sexual para a grande maioria da população mundial (SOBRAL, 2008, p. 23).

Alguns instrumentos culturais, como por exemplo, a música, são utilizados com objetivo de focar o tema sexualidade de maneira implícita, deixando que a imaginação e criatividade das pessoas identifiquem o que encontram-se subtendidos, como foi demonstrado através da Música **“O que será, que será?”**, de autoria do compositor Chico Buarque de Holanda.

Para Foucault (1985), sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico. Não se trata de uma realidade subterrânea que se aprende com dificuldade, mas sim “da grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 1985, p. 100). Desta forma, a sexualidade pode ser vista como instrumento de poder e conhecimento que pode determinar as atitudes e os comportamentos humanos.

Assim, é importante criar condições para diminuir os agravos já existentes, é preciso entender que mitos sexuais existem e podem ser compreendidos como concepções inadequadas que surgem a partir de rumores, ou mesmo, através de uma educação sexual pouco elaborada e credices populares. Os tabus sexuais são aspectos da sexualidade que a sociedade, de certa forma, ainda hoje encontra dificuldades de aceitar, como a homossexualidade, a masturbação, a iniciação sexual da mulher antes do casamento, dentre outros.

O Manual de Atenção à Saúde do Adolescente de Minas Gerais enfoca a questão da sexualidade.

O desenvolvimento da sexualidade acontece durante toda a vida do indivíduo e a maneira como ela se desenvolve pode variar conforme a cultura, a época e as pessoas. É a partir deste conhecimento das diferenças que se criam as ideias sobre o que é homem, o que é mulher, o que é masculino e feminino. No entanto, ao pensar desta maneira, construímos condições para selecionar, incluir ou excluir. O que vem reforçar a ideia que a organização social da sexualidade é dinâmica, pois o que se pensa sobre sexo em uma sociedade pode não existir em outras.

Entretanto, vale ressaltar que a adolescência é um momento decisivo no desenvolvimento sexual humano, pois é nela que a sexualidade se genitaliza, ocorrendo intensas transformações

biopsicossociais que dão ao adolescente a possibilidade de repensar identificações e aquisições anteriores, reestruturando assim a própria identidade.

Ao longo dos tempos, a sociedade vem, pouco a pouco, se familiarizando e compreendendo as diferentes formas de expressão da sexualidade durante o decorrer da vida (MINAS GERAIS, 2006, p. 98).

Compreende-se que a sexualidade não objetiva apenas o ato sexual, mas envolve vários aspectos subjetivos, inclusive de afetividade, influencia também nas emoções, sentimentos, pensamentos e ações, podendo interferir na saúde física e mental.

A Organização Mundial de Saúde¹ (OMS,) define sexualidade como:

Um aspecto central do ser humano ao longo da vida e engloba sexo, identidades de gênero e papel, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Enquanto a sexualidade pode incluir todas essas dimensões, nem todas são sempre vividas ou expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, histórico, religioso e espiritual.

De acordo com Furlani (2009, p. 302), “sexualidade é construída através da interação entre o indivíduo e as estruturas sociais. O total de desenvolvimento da sexualidade é essencial para o bem estar individual, interpessoal e social”. Ainda segundo o mesmo autor,

Sexualidade é uma parte integral de todo ser humano. Seu desenvolvimento total depende da satisfação de necessidades humanas básicas, quais sejam: desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor.

Os direitos sexuais são direitos humanos universais baseados na inerente liberdade, dignidade e igualdade de todos os seres humanos. Uma vez que a saúde sexual é um direito fundamental, então a saúde sexual deve ser um direito humano básico (FURLANI, 2009, p. 302).

É preciso ressaltar que abordar a sexualidade não quer dizer atribuir valores, normas e formas de viver e construir as identidades. É necessário buscar a

¹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Saúde sexual e reprodutiva. Disponível em: <http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en/index.html>. Acesso em 15 fev. 2012.

organização de novos currículos e conhecimentos que superem o que se entende como 'normal' e que sinalizem para novas possibilidades, para um questionamento daquilo que é tido como inquestionável e que promovam discussões da sexualidade de maneira que ampliem os debates sobre os limites impostos e as possibilidades vislumbradas por aqueles que se arriscam a ultrapassar fronteiras.

Sabemos que a sexualidade é dinâmica e assume novas formas a cada etapa do desenvolvimento humano, estando presente em todos os momentos de nossa existência permeando as relações com outro e consigo mesmo. Entretanto, a nossa cultura classifica os comportamentos sexuais com base na função reprodutiva. Por esse motivo, durante séculos, considerou-se que a identidade sexual de cada pessoa se definia de acordo com a genitalidade e, portanto o esperado era o indivíduo sentir atração pelo sexo oposto (MINAS GERAIS, 2006, p. 101).

Evidenciamos aqui que a sexualidade está ligada a própria história da humanidade, pois à medida que as transformações, sobretudo, sociais e culturais ocorrem, há uma quebra nas concepções tradicionais e conservadoras, afirmando a dinâmica do desenvolvimento humano com base nas perspectivas históricas também relacionadas à sexualidade humana.

1.2 HISTÓRIA DA SEXUALIDADE HUMANA

Nos períodos Homérico (antes do século VIII a.C.), Arcaico (século VII e VI a.C.), Clássico (século V a.C.) e o Helenístico (século IV e III a.C.) da história da civilização grega, observam-se peculiaridades no que se refere à organização política, econômica e social dos gregos e nestas o sexo era presente. Os registros destas civilizações eram feitos através de poemas, obras teatrais, textos históricos, políticos, econômicos e filosóficos. Assim, como as representações pictóricas, em todos os tipos de vasos também favoreceram o conhecimento dos costumes desta civilização (SOUSA, 2010).

Reportamo-nos a Cavalcanti (1996) onde afirma que a moral sexual na civilização grega trata da sacralização da sexualidade feita através de mitos e ritos. Mitos de fecundidade, mitos do matrimônio, mitos de amor passionai. São nesses

mitos que os gregos muitas vezes encontravam a justificativa para seus comportamentos amorosos. O casamento não era obrigatório e o concubinato era permitido, os gregos podiam ter quantas concubinas pudessem dispor no seu orçamento e era, sobretudo, com as cortesãs onde se podia encontrar o prazer físico e espiritual.

Na civilização romana, diferentemente da grega, o amor entre os cônjuges era mais importante, sendo propagado por manifestações de carinho. Entretanto, aos primeiros sinais do cristianismo, chegava uma nova ordem moral totalmente diferente dos gregos e romanos, influenciando até mesmo na arte grega, a qual era dotada de esculturas de corpos nus (SOUSA, 2010). Para Grimal (1991), a imensa diversidade de contingente humano que convergia para Roma propiciou a extinção das antigas restrições romanas e corrupção dos costumes.

Entre os séculos IV e XVI, durante toda a Idade Média, a Igreja era detentora do domínio soberano e herdeira absoluta do Império Romano, exercendo influências econômicas, políticas e sociais.

A Igreja controlava as manifestações mais íntimas da vida dos indivíduos: sua consciência através da confissão, sua vida sexual através do casamento, seu tempo no calendário litúrgico, seu conhecimento pelo controle sobre as artes, as festas, o pensamento, seu domínio sobre a própria vida e a própria morte por meio dos sacramentos (só se nasce verdadeiramente com o batismo, só se tem o descanso eterno no solo sagrado do cemitério) (FRANCO JÚNIOR, 1994, p. 71).

Nesse controle pairava o pecado do sexo que só tinha absolvição pelo matrimônio, ritualmente consolidado pela igreja, abominando, assim, a ideia natural da sexualidade humana e relevando apenas o 'ato sexual' para a procriação.

Nos séculos XVII e XVIII a sociedade possui um caráter mais liberal, com manifestações sexuais públicas e frequentes escândalos relacionados às condutas sexuais, porém esses comportamentos ainda eram extremamente condenados pela Igreja (SOUSA, 2010).

Para Costa,

Anterior à industrialização, nos séculos XVII e XVIII, só os escritores, poetas, músicos e pintores faziam referências à sexualidade, enquanto a ciência tratava da sexualidade apenas para estudar alguns aspectos parciais deste tema, dentre eles a

anatomia e a morfologia. Já nos séculos seguintes, fim do XIX e início do XX, inicia-se uma maior liberdade de pensamento. Ao longo do século XIX surgem o pensamento liberal (corrente de pensamento proveniente da burguesia que se sobrepunha à nobreza), os primeiros movimentos operários e dentro dessa corrente, o movimento feminista (2008, p. 05).

Observa-se que a sexualidade foi, aos poucos, fazendo parte de diversos e diferentes pensamentos, especialmente no século XIX com o surgimento do pensamento liberal. Porém, a sexualidade ainda é um aspecto que vem gerando contradições e polêmicas, passando por várias mudanças acompanhando as transformações políticas, econômicas e sociais de cada época.

No Brasil, por sofrer influências da colonização de Portugal, a sexualidade no casamento não é muito diferente da Europa, onde a esposa e sua sexualidade resumiam-se à reprodução, repassada essa educação para as filhas (CANO; FERRIANI; GOMES, 2000).

Entre os séculos XVI e XVIII, há uma forte reprovação, pela Igreja, dos comportamentos morais desregrados. Por isso, ela implantou um programa de reformas a fim de minimizar os problemas de ordem moral e sexual. Nesse processo, a poligamia masculina, a prostituição de mulheres negras, as relações adúlteras e incestuosas eram condutas combatidas de maneira dura e rigorosa (SOUSA, 2010). A mesma autora afirma que os primeiros estudos que abordam mais diretamente sobre a sexualidade no Brasil começaram a surgir a partir do século XIX e, com a ascensão da ciência, as manifestações sexuais passam a ser incorporadas à ciência médica.

Um dos precursores no estudo da sexualidade foi o Dr. Sigmund Freud, considerado pai da psicanálise, por ter desenvolvido estudos acerca do inconsciente humano e suas motivações, dando ênfase à continuidade dos processos mentais. Ele revolucionou as ideias sobre a sexualidade com o lançamento em 1905, dos “Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade”, em que afirmou que a sexualidade humana se inicia desde o nascimento e não na puberdade, sendo desenvolvida em três fases: a oral, a anal e a fálica. Iniciou seus estudos sobre sexualidade numa abordagem psicológica. Assim sendo:

Freud deixa claro, por exemplo, que, associado à função alimentar, desenvolve-se o processo sexual no qual o objeto passa a ser fonte de satisfação e gozo infantis. Ao ato alimentar é associado o prazer advindo do atrito entre a boca da criança e o bico do seio, ou mesmo em função do fluxo do leite. Tudo isso passa a ser fonte de excitação. Mais tarde quando o bico do seio é substituído pelo dedo, evidencia-se o caráter propriamente sexual do ato de sucção, independentemente de uma função biológica conhecida. A condição para que isso ocorra é a separação da *"necessidade de repetir a satisfação sexual"* da *"necessidade de nutrição"*.

Uma afirmação como essa nos faz pensar que, a despeito da ênfase dada por Freud à ausência de objeto sexual como uma das características da sexualidade infantil, quando da referência ao ato de sucção do bebê, é possível depreender a ideia de que o autoerotismo não seja originário, já que a condição de seu surgimento é a separação das funções autoconservativas da necessidade de reproduzir o prazer obtido originariamente na relação com o seio da mãe. Este, como veremos, deverá ser abandonado a partir da representação da mãe como objeto total, tornando-se a sexualidade infantil, em seguida, auto erótica (AMARAL, 1995, s.p).

A ideia é que a sexualidade humana é um processo que não se inicia pelos órgãos sexuais, mas por um prazer que segue fases da evolução do sujeito criança ao sujeito adulto, permanecendo em toda sua existência. Desse modo, conforme afirma Nardi e colaboradores, as postulações revolucionárias de Freud situaram-se inicialmente na sexualidade na infância e no inconsciente, ampliando o conceito do termo sexual, que deixa de ser sinônimo de genital (NARDI; NUNES FILHO; BUENO, 2000).

A sexualidade adulta resultaria de uma espécie de desenvolvimento da pulsão: dispersa em várias zonas erógenas, isolada em suas pulsões parciais e predominantemente auto erótica (sem objeto) na infância, a sexualidade ganha um outro tipo de organização na puberdade. Essa nova organização se caracterizaria pela hierarquização e subordinação das diversas zonas erógenas à genital, visando a obtenção do máximo de prazer, mas sobretudo colocando-se a serviço da função de reprodução, o que se torna possível a partir da combinação das diversas pulsões parciais em uma só (AMARAL, 1995)

Essas buscas possibilitaram uma maior abertura à discussão do assunto, que, apesar de sua complexidade, interfere na formação do ser humano de maneira geral. Baseado em Freud, Nasio “define como sexual toda a conduta que, partindo de uma região erógena do corpo (boca, ânus, olhos, nariz, pele, entre outros) e apoiada em uma fantasia proporciona um certo tipo de prazer. [...]” (1999, p. 48). O

autor chama atenção para dois aspectos:

Primeiro, distingue-se nitidamente daquele outro prazer pela satisfação de uma necessidade fisiológica (comer, eliminar, dormir, etc.). O prazer de mamar do bebê, por exemplo, seu prazer da sucção, corresponde, do ponto de vista psicanalítico, a um prazer sexual que não se confunde com o alívio de saciar a fome. [...] Segundo aspecto: o prazer sexual – bem distinto, portanto, do prazer orgânico – polarizado em torno de uma zona erógena, obtido graças a mediação de um objeto fantasiado (e não real), é encontrado entre diferentes prazeres preliminares ao coito em si (prazer de olhar, de se mostrar, de acariciar, de sentir o cheiro do outro, etc.) (NASIO, 1999, p. 48-49).

A sexualidade, presente desde o início da vida, aflora na adolescência juntamente com as mudanças psicológicas, corporais e sociais e com o despertar para o sexo genital - o coito. O período que antecede a adolescência é denominado Período de Latência. Assim, o aprendizado formal e a vida em grupo passam a chamar mais a atenção da criança; a consciência social a leva para além dos limites da família, enquanto a posição central da família continua a exercer sua influência (BLOS, 1998, p. 9-10).

Aberastury; Knobel (1981) alertavam para a consideração da adolescência como uma característica individual, embora sempre contextualizada, enfocando as peculiaridades do meio cultural, social e histórico. Ressaltam ainda, a postura do jovem em vivenciar sua sexualidade com liberdade, incluindo o direito de viver de forma saudável, prazerosa, segura, independentemente da sua orientação sexual, sem por isto, ser discriminado ou estigmatizado e/ou violentado.

Freud supunha que as “diferenças individuais no ser humano estão marcadas pelo desenvolvimento de estágios e acreditava numa vida sequencial dos mesmos” (BISI, *et al*, 2003, p. 2). Para melhor compreender esses estágios disponibilizamos alguns aspectos a seguir:

Segundo Rodrigues Junior (2011) baseado na Teoria de Freud, o primeiro estágio ou fase psicosssexual, ocorre logo depois do nascimento, foi denominado estágio oral, pois a fonte primária de prazer e satisfação do bebê é representada pela área da boca e pelo ato de sucção. Pode-se dizer que, na fase oral, a área ao redor da boca torna-se catexizada, isto é, investida de energia. Já nos segundo e terceiro anos de vida, a região anal e as atividades envolvidas na defecação passam

também a ser catexizadas, e caracteriza-se então a fase anal.

Na fase oral (primeiro ano de vida), a criança satisfaz sua necessidade sexual pela boca. Obtém o prazer através da sucção. Portanto, as atividades que se desenrolam em torno da boca são as que proporcionam mais prazer. No caso da criança não resolver adequadamente os problemas desta fase, ou seja, não experimentar a satisfação adequada poderá torna-se fixadas nas atividades orais e procurar, durante o resto da vida, obter prazer através da boca. Na fase anal (segundo e terceiro ano de vida), a criança experimenta satisfação em expulsar as fezes ou em retê-las (BISI, *et al*, 2003, p. 87).

No estágio fálico, que acontece por volta dos quatro ou cinco anos, os órgãos genitais passam a ser alvos de curiosidades e de satisfação de impulsos, não se tratando, ainda, da genitalização definitiva, porém havendo a descoberta da diferença anatômica entre os sexos, acompanhada de fantasias e desejos incestuosos, masturbação, angústias e culpas. Ao final do estágio fálico, espera-se, num desenvolvimento saudável, que a criança já tenha adquirido as bases de sua identidade, ou seja, a menina alcançada sua identidade feminina por identificação de uma figura materna e o menino, sua identificação masculina com a figura paterna.

Freud acreditava que, quando a fase fálica terminasse, por volta dos cinco anos, a personalidade está essencialmente formada. Nos seis anos subsequentes, aproximadamente, as necessidades sexuais ficam dormentes; esse período é chamado de latência (DAVIDOFF, 2001). Na fase de latência, os interesses sexuais durante este período são considerados, em geral, adormecidos. É uma denominação utilizada por Freud no sentido de compreender um intervalo no desenvolvimento da sexualidade infantil, geralmente identificada entre os seis e dez anos de idade. É um período de ligações primariamente sexuais em ambos os sexos e de sublimação das energias libidinais e agressivas, em aprendizagem energética e atividades lúdicas, com curiosidade do ambiente e aumento da habilidade para lidar com o mundo das coisas e pessoas ao redor.

É durante este período de latência total ou apenas parcial que se constrói as forças psíquicas que irão mais tarde impedir o curso do instinto sexual e, como barreira, restringir seu fluxo - a repugnância, os sentimentos de vergonha e as exigências dos ideais estéticos e

morais. Tem-se das crianças civilizadas uma impressão de que a construção dessas barreiras é um produto da educação e sem dúvida a educação muito tem a ver com ela. Mas na realidade este desenvolvimento é organicamente determinado e fixado pela hereditariedade, e pode ocasionalmente ocorrer sem qualquer auxílio da educação. A educação não estará indo além do seu domínio apropriado se ela se limita a seguir as linhas que já foram traçadas organicamente e imprimi-las um pouco mais clara e mais profundamente (FREUD, 1974, p. 181).

Adolescência e puberdade são conceitos diferentes. O termo puberdade refere-se ao período final da infância. Na puberdade o processo biológico que se inicia entre os nove e quatorze anos, aproximadamente, se caracteriza pelo surgimento de uma atividade hormonal que desencadeia os chamados caracteres sexuais secundários.

Ocorrem amadurecimentos das células germinativas masculinas e femininas que possibilita o surgimento de dois eventos que corroboram ao advento da puberdade: a menarca ou primeira menstruação, na menina e a primeira ejaculação ou emissão de esperma no menino, indícios exteriores da capacitação biológica para as funções de procriação. Isso dar-se-ai por volta dos 12 anos aos 15 anos, em termo médio (BONASSA, 2006, p. 14).

Bonassa (2006) ainda explica as principais transformações ocorridas na puberdade masculina e feminina, transformações que afetam diretamente a sexualidade e o despertar para novos sentimentos e desejos. A puberdade de maneira geral inicia-se com o crescimento dos pelos em algumas regiões do corpo, tanto nos meninos como nas meninas, bem como crescimento dos seios nas meninas, e desenvolvimento dos testículos e pênis nos meninos. Freud referencia sobre o período em que a puberdade estaria concluída, a esse respeito infere que:

Com a chegada da puberdade, operam-se mudanças destinadas a dar à vida sexual infantil sua forma final normal. Um instinto sexual fora até então predominantemente auto erótico; encontra-se agora um objeto sexual. Sua atividade até então originara-se de diversos instintos e zonas erógenas distintas, que independentemente uma das outras haviam buscado determinada espécie de prazer como seu único objetivo sexual. Agora, contudo, aparece um novo objetivo sexual e todos os instintos parciais se combinam para atingi-lo, ao passo que as zonas erógenas ficam subordinadas ao primado da zona genital (FREUD, 1974, p. 213).

Na primeira metade do século XX, o professor Alfred C. Kinsey publicou dois trabalhos com dados estatísticos sobre o comportamento sexual, do homem em 1948, e outro trabalho sobre o comportamento sexual da mulher, em 1953.

A tese do cientista, amparada em milhares de entrevistas com homens e mulheres de todas as idades e camadas sociais, era a de que em matéria de sexo não existe aberração ou desvio. Existe apenas uma infinidade de práticas e preferências, que lei nenhuma é capaz de banir dos quartos conjugais, dos bancos traseiros dos automóveis ou de qualquer canto menos iluminado que se preste à intimidade. Essa curiosidade inesgotável sobre o sexo é simplesmente própria do "animal humano" e está além da alçada da moral (BOSCOV, 2004, p. 1).

Em outras palavras, significa dizer que entre pessoas que se permitem colocarem em prática suas fantasias sexuais, dependendo da permissividade existente entre os parceiros e tendo como objetivo unicamente a busca do prazer, tornam-se legítimo seus desejos sexuais.

Outros estudos que se podem citar foram os desenvolvidos por Masters e Virginia Johnson, em 1954. "Com o desenvolvimento dos seus estudos surgiu o terapeuta sexual. Esses pesquisadores escreveram o ciclo da resposta sexual destacando quatro estágios: excitação, platô, orgasmo e resolução" (SOUSA, 2010, p. 71). Essa compreensão fez com que alguns transtornos sexuais fossem trabalhados pela terapia cognitiva comportamental na qual se busca compreender e corrigir o próprio pensamento e treinar novas formas mais eficazes e realistas de comportamentos, pensamento que diferencia da psicanálise.

Na década de 80 do século passado, Helen S. Kaplan, uma psicanalista americana, utilizou um modelo denominado trifásico para melhor explicar o comportamento sexual. Desta forma, Sousa (2010) enfatiza que "de acordo com o arquétipo, a conduta sexual abrange três fases: desejo, satisfação e orgasmo. Quando uma das fases é atingida, o indivíduo pode desenvolver algum problema de ordem sexual" (p. 71). Contribuindo com a pesquisa de Masters e Johnson, Kaplan acrescentou que, nas fases do desenvolvimento sexual ocorre o desejo, antecedendo as outras fases e este pode ser influenciado ainda por outros fatores como fantasias, sonhos sexuais.

Winnicott, outro importante Psicanalista, reconhece a psicanálise freudiana,

entretanto faz algumas considerações, compreendendo a sexualidade como instinto, e não como pulsão como afirma Freud. Loparic faz referência à teoria de Winnicott.

A sexualidade humana adulta é resultado de um processo de amadurecimento que parte de duas raízes em si mesmas não-sexuais: excitações corpóreas de todos os tipos e relações inter-humanas. As aquisições principais realizadas ao longo desse processo são duas: 1) o desenvolvimento da vida instintual, que consiste na elaboração imaginativa de todos os instintos - impulsos de natureza biológica -, integração desses instintos no si mesmo e nas relações interpessoais, duais, triangulares ou múltiplas, terminando por estabelecer a sexualidade como o tipo instintual dominante na fase adulta e 2) o desenvolvimento de características sexuais não fundadas biologicamente, decorrentes de inter-relacionamentos de diferentes tipos. No presente trabalho, apresentarei os elementos centrais da teoria winnicottiana da sexualidade, dando destaque aos aspectos pelos quais essa teoria se distingue da versão original freudiana. [...] (LOPARIC, 2005).

Sousa aponta que Karl Marx contribuiu também nos estudos das questões sexuais:

Embora ele não tenha fundamentado uma teoria sexual, elaborou uma teoria de classes sociais que considera os aspectos da sexualidade humana. Seus estudos tiveram como ponto de partida o conceito de classe dominante e propriedade privada. Marx elaborou teses que abordavam temas como casamento, divórcio, a virgindade feminina e a prostituição (2010, p. 72).

Durante a adolescência, os impulsos sexuais reemergem com toda força, paralelamente às alterações físicas e hormonais típicas dessa fase. É uma etapa de muitos conflitos e inovações, pois o ato sexual torna-se biologicamente viável, os interesses sexuais e afetivos são bastante diversificados, na maioria das vezes instáveis e a identidade passa por reformulações no sentido de abandonar as características infantis e assumir papéis sociais próprios à fase adulta (DAVIDOFF, 2001).

É importante frisar que a faixa etária da adolescência conforme a Organização Mundial de Saúde é entre 10 e 19 anos e que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, no Art. 2º considera-se criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre

doze e dezoito anos de idade².

Nessa fase, o jovem passa a estranhar o seu corpo que difere daquele da infância. A imagem do corpo parece ter tanta importância para a constituição do eu, que possivelmente explica a tendência à formação de grupos de adolescentes. As alterações físicas acontecem em decorrência do aumento da produção hormonal, o que pode ocorrer mudanças nas emoções, provocando labilidade emocional e consequentemente perda de controle e desequilíbrio psicológico de alguns adolescentes. Atenta-se, pois, para a importância do aumento dos hormônios na puberdade, os quais interferem não somente no desenvolvimento fisiológico, mas também na parte psicológica, em que a busca pela identidade faz com que haja uma alteração no controle das emoções e paralelamente mudanças de atitudes e comportamentos.

A evidência visível da maturação sexual é alcançada em sequência ordenada, e o estado de maturidade pode ser estimado com base no aparecimento destas manifestações externas. Na maioria das meninas, a indicação inicial da puberdade é o aparecimento dos brotos mamários, um evento conhecido como telarca, que ocorre entre 9 e 13,5 anos. Este é seguido, em aproximadamente 2 a 6 meses, pelo crescimento dos pelos pubianos sobre o monte pubiano, conhecido como adrenarca (WONG, 1999). A adrenarca é o aumento dos andrógenos adrenais, que incluem diversos hormônios sexuais masculinos. Após essa etapa vem o aparecimento inicial da menstruação, ou menarca, ocorre cerca de 2 anos após o aparecimento das primeiras alterações da puberdade. Ainda em conformidade com Wong (1999), já nos meninos, as primeiras alterações da puberdade são o aumento do testículo acompanhado por adelgaçamento, rubor e afrouxamento do escroto. O aumento do pênis começa durante a metade da puberdade e pode ocorrer a primeira ejaculação.

Segundo Bandura, (1979, p. 87) “evidentemente as modificações biológicas são importantes, mas o desenvolvimento psicológico dos adolescentes é mais determinado pelo ambiente sociocultural em que vivem, portanto este é o foco da análise do comportamento”. Em relação ao aspecto psicológico, observa-se que o

² Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

processo de reconhecimento da imagem corporal, se configura de acordo com os aspectos introjetados em nossa mente, ou seja, o modo pelo qual o corpo se apresenta para nós costuma ser uma fonte angustiante para os adolescentes que estão passando pelo processo de transformação, nem sempre a imagem real coincide com o que ele vê no espelho.

A adolescência é o período da vida em que meninos e meninas vivenciam mudanças profundas no corpo, na expressão e manifestação de sua sexualidade e no convívio social. Nessa fase adquirem novas habilidades, amadurecem em termos cognitivos e desenvolvem a capacidade de argumentação e crítica. Ademais, nesse período intensifica-se a busca por autonomia, independência e construção da própria identidade, a partir da conveniência com as informações e os valores sociais vigentes, especialmente nos grupos de pares, que se tornam referências provisórias e até “modelos” de comportamentos para além da família (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 52).

Verifica-se que a sexualidade não é atributo ou privilégio dos adultos como se pensava em outrora, tampouco se restringe a relação sexual, sensualidade ou erotismo, que ainda são as primeiras associações que fazemos. Ela está presente em todas as fases da vida das pessoas, influenciando nas relações afetivas e sociais ou manifestando-se da maneira instintiva.

1.3 FUNÇÃO DA SEXUALIDADE HUMANA

Nesse item faremos referência à função da sexualidade humana e por essa razão torna-se relevante destacar que se constitui um dos elementos da personalidade que está ligada ao desenvolvimento do indivíduo e faz parte da vida. “As questões relativas à sexualidade surgiram com a própria humanidade e vêm sendo discutidas, da idade antiga até nossos dias, segundo concepções de mundo que as pessoas têm, nas diferentes épocas e sociedades” (SILVA; BIFFI; GIULIANI, 2007, p. 407).

A sexualidade é uma função da personalidade como um todo. Relacionada a variantes biológicas, psicológicas, sociológicas, espirituais e culturais da vida que por seus efeitos no desenvolvimento da personalidade e relações interpessoais, podem, por sua vez, afetar a estrutura social (GANDRA; PIRES; LIMA, 2002).

Relacionando-a com o desenvolvimento da personalidade tem-se que, segundo Freud essa relação é intrínseca, pois, a partir de análise aprofundada, encontramos padrões de comportamento e nos modos de relação adotados na fase adulta e na velhice a expressão de aspectos da sexualidade e da vida afetiva oriundos de fases anteriores (DUARTE; DIOGO, 2005), tem a função não só de reprodução, mas de prazer e de manter relações interpessoais importantes para o bem-estar biopsicossocial do ser humano.

Outros autores como Rodrigues Júnior (2011), concebem a sexualidade acreditando que ela transcende os limites do sexo, como um ato que une machos e fêmeas, e inclui sentimentos, fantasias, desejos, sensações e interpretações, mistura-se a pulsões e emoções. Algo que não pode ser claramente delimitado, que fica pressuposto nas relações, aparece na interpretação de quem observa ou de quem sente, mas não necessariamente encontra-se explicitado como sexo propriamente dito, envolve outros aspectos e fatores. De acordo com Costa, *et al* (2001, p. 218), “a sexualidade inclui também aspectos afetivos, eróticos, amorosos, entre outros aspectos que estão relacionados a história de vida e valores culturais, constituindo os três componentes da identidade sexual: identidade de gênero, papel de gênero e orientação sexual”. Em outras palavras, a sexualidade está presente no sujeito, no papel que estes representam na relação e na orientação que receberam para se comportarem frente à manifestação da sexualidade.

Sobre isso Kaplan; Sadock; Grebb (1997, p. 109) complementam que a sexualidade de uma pessoa depende de três fatores inter-relacionados:

Identidade sexual, identidade de gênero e comportamento sexual. Esses fatores afetam o crescimento, desenvolvimento e funcionamento de sua personalidade, sendo sua totalidade chamada de Fatores Psicosssexuais. A sexualidade é algo mais do que o sexo físico, coital ou não, e algo menos do que todos os aspectos do comportamento dirigidos à obtenção do prazer. A identidade sexual refere-se às características sexuais biológicas: cromossomo, genitália externa e interna, composição hormonal, gônadas e características sexuais secundárias. A identidade de gênero conota aspectos psicológicos do comportamento relacionados à masculinidade e feminilidade, ou seja, resulta de uma séria quase infinita de indícios derivados de experiências com os membros da família, professores, amigos, e companheiros, e dos fenômenos culturais. O comportamento sexual é diversificado e determinado por uma interação complexa de fatores e é afetado

pelos relacionamentos do indivíduo com outros, pelas próprias circunstâncias da vida e pela cultura na qual ele vive.

Relacionar o fator circunstancial e cultural ao comportamento sexual não ocorreu sempre, antes esse comportamento teria como principal função à sobrevivência da espécie, entretanto essa caracterização não se aplica necessariamente a todas as etapas da vida. O aspecto emocional é de fundamental importância para o desenvolvimento da adolescência, que motiva todo comportamento dos seres humanos. “Vale ressaltar, que as emoções podem tornar-se forças construtivas e estimuladoras da atividade humana, como também destrutivas e desintegradoras da personalidade” (LUCENA; PORTO; ARAÚJO, 2011, p. 4). É importante destacar que a sexualidade humana envolve diversos fatores os quais determinam conceitos, preconceitos e mitos oriundos de uma sociedade que vê na sexualidade um instrumento de repressão.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais a sexualidade é conceituada como:

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Neste sentido, a sexualidade é entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Além disso, sendo a sexualidade construída ao longo da vida encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. [...] Nesse sentido, a proposta de orientação sexual considera a sexualidade nas suas dimensões biológicas, psíquica, e sociocultural (BRASIL, 1997, p. 117).

Para que crianças e adolescentes tenham uma vida sexual saudável é necessário que compartilhem de um ambiente propício onde seus direitos como cidadãos sejam respeitados integralmente.

Apresentaremos no próximo capítulo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), fazendo uma introdução histórico-conceitual, as diretrizes, contextualização e suas funções, onde citaremos que alguns aspectos abordados pelos Parâmetros se referem ao ensino de atitudes e valores fundamentais no processo educacional.

2 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Instrumento de Regulação do Ensino Nacional

“O conjunto das proposições aqui expressas responde à necessidade de referenciais a partir dos quais o sistema educacional do País se organize, a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseado nos princípios democráticos. Essa igualdade implica necessariamente o acesso à totalidade dos bens públicos, entre os quais o conjunto dos conhecimentos socialmente relevantes” (BRASIL, 1997, p. 13).

2.1 INTRODUÇÃO HISTÓRICO-CONCEITUAL DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são referências de qualidade para os Ensinos Fundamental e Médio do país, elaboradas pelo Governo Federal do Brasil, através do Ministério da Educação e tendo como objetivo propiciar subsídios à elaboração e reelaboração do currículo escolar, tendo em vista um projeto pedagógico em função da cidadania do aluno e uma escola em que se aprende mais e melhor. Os PCN apresentam-se como uma nova reforma do ensino brasileiro com ênfase na formação e no aperfeiçoamento dos professores, como também na revisão de livros didáticos.

Tonatto; Sapiro enfatizam sua compreensão sobre o currículo, afirmando:

Entendemos que o currículo, adequadamente construído, deve atender às necessidades dos alunos e professores de compreender a sociedade na qual vivem, favorecendo o consequente desenvolvimento de diversas capacidades, tanto técnicas quanto sociais, que os auxiliem em sua localização dentro da sociedade como pessoas autônomas, críticas, democráticas e solidárias (2002, p. 172).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados em 10 (dez) volumes, contendo um documento introdutório, que justificava e fundamentava a necessidade de elaboração de documentos de áreas de conhecimento de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física; bem os documentos referentes aos Temas Transversais, incluindo orientação sexual, tema da nossa Dissertação.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 assegura a obrigação do Estado de elaborar parâmetros curriculares capazes de nortear as ações educativas do ensino obrigatório, visando adequá-lo ao imaginário democrático e à melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras.

Os PCN expressam o esforço em elaborar uma proposta inovadora e abrangente envolvendo a escola e a sociedade, apresentando novas ideias na maneira de se educar. Os Parâmetros tornam-se um instrumento para a transformação de objetivos, conteúdo e didática do ensino. No Tema Transversal sexualidade, aborda aspectos que se deve implementar.

Os PCN do MEC estabelecem três eixos básicos de conteúdo que permeiam todas as discussões:

- o corpo em sua dimensão erótica e reprodutiva e como fonte e matriz da sexualidade.
- as relações de gênero, que são o conjunto de representações sociais e culturais construídas a partir da diferenciação biológica dos sexos.
- a prevenção das DSTs/aids abordada sobre a ótica das vulnerabilidades individual, social e programática/institucional (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 52).

Destarte, ao se estudar as orientações dadas pelos PCN, com o tema transversal sexualidade elaborados pelo MEC, nas quais são apresentadas as sugestões para que haja na educação formal, mudanças de comportamento e atitude dos profissionais da educação junto aos educandos, visando estimular questões relacionadas à prevenção, ao corpo em sua dimensão erótica e reprodutiva e também como fonte de prazer.

2.2 DIRETRIZES DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados por equipes de especialistas ligadas ao Ministério da Educação, têm por objetivo estabelecer uma referência curricular e apoiar a revisão e/ou a elaboração da proposta curricular das escolas integrantes dos sistemas de ensino fundamental e médio.

Por temas transversais podemos compreender um conjunto de conteúdos educativos que, de um modo geral, na história da prática pedagógica brasileira, já tinham sido desenvolvidos paralelamente ao currículo oficial, partindo de grupos de educadores ligados a movimentos sindicais, movimentos eclesiais de base e de educação popular, e ainda, de educadores vinculados a programas educativos desenvolvidos por outros ministérios, tais como da Justiça, Saúde, do Meio Ambiente, entre outros.

Dentro da proposta dos PCN, os Temas Transversais formam um conjunto articulado, abrangendo assuntos relacionados à Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual, com o procedimento recomendado para sua inclusão no currículo e a modalidade de aplicação didática mais eficaz. Para

Marsiglia; Martins (2009), o trabalho com os temas transversais implica em uma mudança de postura de educadores que buscam compreender a realidade escolar não como algo fragmentado, mas tendo como eixos a autonomia da vida diária, a educação da afetividade, as formas de convivência e a cooperação, a ajuda, os direitos e os deveres mais elementares. O compromisso, portanto, dos Temas Transversais é com a construção da cidadania, o que implica praticar princípios éticos – respeito, solidariedade, responsabilidade, uso construtivo da cidadania, liberdade e autonomia; e princípios políticos – direitos e deveres da vida cidadã.

Os Temas Transversais configuram-se por questões sociais atuais contextualizadas urgentes, produzidas pela forma como uma determinada sociedade se organiza e que precisam ser trabalhadas no cotidiano. A transversalidade permite que se articulem os temas atuais e as disciplinas abordadas na escola.

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que foram incorporados como Temas Transversais as questões de Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual (BRASIL, 1997).

Ética é um tema que pode propiciar ao aluno entender o conceito de justiça, sensibilizando-os para desenvolver atitudes de solidariedade, cooperação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, compreendendo os valores presentes na contemporaneidade e de que forma eles podem ser modificados.

Pluralidade Cultural trata do respeito aos diferentes grupos e culturas, reconhecendo a diversidade como um direito dos povos e dos indivíduos, valorizando a própria identidade cultural e regional.

Meio Ambiente pode desenvolver no aluno a capacidade de ler, analisar, compreender, interpretar o ambiente de seu entorno, percebendo as relações que condicionam a vida para posicionar-se de forma crítica diante do mundo e comprometida com a preservação ambiental.

O tema Saúde pode ser trabalhado com o aluno no sentido de ser um direito de todo cidadão e favorecer o entendimento de que a saúde é produzida nas

relações com o meio físico e social, identificando fatores de risco e necessitando adotar hábitos preventivos.

Sobre a Orientação Sexual, esta pretende ser um espaço para a reflexão acerca da educação sexual que deve, além de assegurar o conhecimento das informações biológicas, possibilitar o diálogo sobre sexo e sexualidade de forma ampla, abrangendo os fatores biopsicossociais.

Os PCN foram lançados pelo governo federal no final dos anos 90. Segundo esta resolução, os assuntos relacionados à ética, à saúde, ao meio ambiente, à orientação sexual (sexualidade) e à pluralidade cultural devem ser tratados na escola como temas transversais. A intenção não era a criação de novas disciplinas, mas a incorporação dessas temáticas às existentes, incentivando professores das diversas áreas a tratarem dos assuntos eleitos. Nos PCN, constata-se a atual variedade de formatos das famílias brasileiras e alerta-se para a necessidade de introduzir o debate sobre essa diversidade no cotidiano dos jovens, considerando que a instituição escolar é um espaço privilegiado para fomentar o respeito à dignidade das pessoas e de suas famílias. Nesse sentido, abordar “orientação sexual” na escola significa a possibilidade de estarem atentos, alunos e professores, à diversidade humana, especialmente no campo da sexualidade (MELLO; GROSSI; UZIEL, 2009, p. 175).

Os Temas Transversais definidos também constituem aspectos enriquecedores para o desenvolvimento da cidadania na aprendizagem escolar, pois tratam de processos que estão intensamente vividos pela sociedade. No entanto, vale ressaltar que, além desses temas deliberados, outros emergentes podem e devem ser identificados como prioritários em determinado contexto, uma vez que os PCN ressaltam a relevância de estabelecer conexões das áreas de conhecimento com questões relacionadas com convivência social e ética.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Contextualizando os PCN, é importante enfocar os acontecimentos que antecederam o momento histórico impulsionando mudanças significativas na sociedade brasileira, bem como promovendo as alterações políticas e reestruturação dos movimentos sociais. Um desses fatores foi a Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerada a Constituição Cidadã que

determina ser a educação um direito de todos. O Art. 205 define que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A década de 1990 foi considerada como sendo de importantes mudanças na área educacional. Arelaro enfatiza que a eleição democrática do presidente Fernando Collor de Mello no ano de 1990, em seus pronunciamentos apresentava: “um discurso demagógico de defensor dos ‘descamisados’ (os pobres) contra os ‘marajás’ (os ricos) e um projeto de caráter neoliberal, traduzindo o ‘sentimento nacional’ de urgência de reformas do Estado para colocar o país na era da modernidade, contemplando a educação (2000, p. 96)”.

Retomando a discussão nacional, período em que a população brasileira enfrentava instabilidade política e social, onde ocorreu o *impeachment* do então Presidente, assumindo o cargo o vice-presidente Itamar Franco, com outra forma divergente do seu antecessor, o que provocou diminuição no ritmo das privatizações.

Em 1990, foi celebrado o Ano Internacional da Alfabetização, momento esse propício para o convencimento e concordância com as propostas internacionais de mobilização para com a realidade em que se encontrava a educação brasileira, a última não alcançou a primazia com o atual governo da mencionada década.

Nesse mesmo ano, o governo brasileiro instituiu o programa “Educação para Todos”, assumindo a responsabilidade em lutar por satisfazer as necessidades de aprendizagem e proporcionar uma educação com oportunidades para todos: crianças, jovens e adultos. Simultaneamente eram realizadas discussões em torno da elaboração de um projeto que representasse os anseios da sociedade, considerando o modelo de gestão educacional que pudesse absorver as sugestões de diferentes setores sociais, no sentido de ter uma educação eficiente e que apresentasse resultados positivos, referentes principalmente à alfabetização. Tais discussões abriram caminhos para elaboração e sanção da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Na LDB a escola se apresenta com um novo papel no que se refere à educação.

No plano elaborado e aprovado torna-se evidente o rumo tomado pelo governo com relação ao modelo de educação que seria apresentado à sociedade brasileira. É a resposta da influência do Banco Mundial e suas propostas para uma educação voltada ao preparo do indivíduo às turbulências do mercado. Fica evidente nessa situação a orientação dos organismos internacionais, com relação ao compromisso assumido nos moldes do capitalismo e, mais evidente ainda, a aceitação do governo brasileiro aos ditames neoliberais (FONSECA, 1998).

Nesse momento o conceito de gestão democrática ainda está ligado com a essência da Constituição Federal de 1988, e a ideia de cidadania que garante a participação da sociedade na gestão escolar em seus diferentes níveis. Concomitante a esse contexto já estava sendo estudado e em processo de construção em caráter preliminar a primeira versão dos PCN, organizada pelo Ministério da Educação e Cultura. Nessa elaboração estavam presentes diferentes representantes da sociedade civil, docentes de universidades públicas e particulares, técnicos de secretarias municipais e estaduais de educação, especialistas e educadores. Na versão a orientação foi para organizar o currículo nas escolas do Ensino Fundamental brasileiro bem como a postura do professor em sala de aula.

Na educação, o ministro da Educação e Cultura, Murilo Hingel – acelera o projeto de discussão nacional para a elaboração do Plano Nacional de “Educação para Todos”, criando Grupo de Trabalho composto por integrantes do MEC e das diferentes entidades nacionais, inclusive o Sindicato dos Profissionais de Educação do país – a CNTE, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho Nacional de Secretários Estadual de Educação (CONSED) -, que expressasse, em algum nível compromisso na área educacional, pactuado entre o governo e a sociedade (ARELARO, 2000, p. 98).

De acordo com Bernardes (1997) o documento elaborado tinha o objetivo de “tornar o ensino mais próximo do cotidiano do aluno e estimular a criação de uma ‘escola cidadã’, com base no contexto brasileiro.

Também em 1990, por pressão dos movimentos sociais é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente, e ainda ocorreram mudanças no sistema educacional, com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEB), objetivando ter mais recursos

para o Ensino Fundamental e assim o Estado exime-se da obrigação a outras modalidades de ensino. O ECA, dos artigos 53 a 59, contempla o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. O Art. 53 enfatiza:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores;
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

As reformas educacionais culminaram com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apresentando e definindo o novo papel da escola. Observando o comentário, a autora Fonseca (1995, p. 169) argumenta que “a educação deveria ser integrada ao trabalho, com a finalidade de desenvolver as competências necessárias para desenvolvimento integral do ser humano”. Desta forma, com a intenção de modernizar o país, tornam-se evidentes que as determinações e influências neoliberais, juntamente com as articulações políticas, eclodiram no processo das privatizações das estatais, em busca da globalização na educação e demais setores.

No primeiro mandato do Presidente da República, o Sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), aumenta a defesa da globalização, houve diversas alterações nas questões sociais. Um exemplo disso foi a privatização das estatais, redução dos direitos sociais dos trabalhadores assalariados, transferência da responsabilidade do Estado às empresas privadas.

Aleralo esclarece que:

[...] explicita-se a assunção de propostas e formulações claramente definidas em discursos neoliberais e “globalizante”: redução do aparato de estado e do financiamento das áreas sociais, privatização das empresas estatais rentáveis, com clara preferência pela entrada de capital financeiro volátil, financiamento público – via BNDES – para a compra de

estatais por multinacionais estrangeiras, criação de sistema de proteção privilegiada aos bancos – através do PROEGER – redução de direitos sociais dos trabalhadores assalariados, transferências a empresas privadas e organizações não governamentais (ONGs) de responsabilidade tradicionalmente do estado, com reconceituação de público e privado, transformando instituições públicas estatais em “organizações sociais” que obedeçam a lógica de mercado, dentre outras medidas (2000, p. 99-100).

A política neoliberal desobriga o Estado de cumprir com suas responsabilidades, gerando o Estado mínimo, com o controle por parte da sociedade, desincumbindo do suporte financeiro os setores por ele mantidos. Diante dessa política, a educação brasileira não correspondia às necessidades do momento, tornando-se oportunos novos estudos para modernizá-la. Nagel discorre sobre o assunto: “A educação é convocada a prestar contas. A crise leva a sociedade a cobrar da escola outros comportamentos, outras atitudes. E, nesse momento, entra o Estado para precisar qual o novo papel desejado para essa instituição” (NAGEL, 1992, p. 12).

Arelaro (2000) dá ênfase que os critérios mais importantes para avaliação das políticas públicas educacionais são verificados pela efetivação de três diretrizes, quais sejam: democratização do acesso e da permanência dos alunos, qualidade do ensino e gestão democrática da educação.

Os PCN foram organizados pelo MEC, a partir de 700 propostas, com a intenção de aumentar a eficiência do processo de ensino-aprendizagem, para servir de orientação na disposição do currículo nas escolas do Ensino Fundamental brasileiro e, para tanto, o mesmo foi disposto de forma a corresponder à praticidade de manuseio do professor em sua aplicação. Costa aponta qual o objetivo dos PCN.

Com o objetivo de facilitar o trabalho dos professores nas escolas, aprofundar a prática pedagógica com reflexões, aperfeiçoar o planejamento de suas aulas, auxiliar na escolha dos materiais didáticos e recursos tecnológicos e auxiliar na construção do projeto pedagógico da equipe escolar e do sistema de ensino, em 1997-1998, houve por parte do Ministério da Educação – MEC, o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCN, e os Temas Transversais para o nível Fundamental. Os PCN foram elaborados com o objetivo de construir referências nacionais comuns

ao processo educativo em todas as regiões do país (COSTA, 2012, p. 41-42).

As explicações apresentadas nacionalmente pelo MEC para alcançar o convencimento dos que deveriam fazer uso e emprego desse documento, pode-se conferir nessa afirmação na apresentação dos PCN quando foi entregue aos professores:

O nosso objetivo é contribuir, de forma relevante, para que profundas e imprescindíveis transformações, há muito desejadas, se façam no panorama educacional brasileiro, e posicionar você, professor, como o principal agente nessa grande empreitada (BRASIL, 1997, p. 9).

O documento foi organizado em 10 volumes, cada compêndio aborda um conteúdo das áreas de conhecimento do Ensino Fundamental. Podemos constatar que cada volume traz em si os objetivos, o conteúdo abordado, competências e habilidades a serem alcançados para proporcionar maior facilidade para que este se efetive no contexto educacional e assim se consolide a intenção do MEC com sua classificação de “educação desejável”. O documento elaborado para oferecer embasamento às escolas e aos professores teve sua justificativa apresentada pelo MEC, “[...] a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania” (BRASIL, 1997, p. 13). Especificados os objetivos e intenções dos documentos os mesmos passam a ser apresentados pelo MEC, no contexto brasileiro, como ‘orientação’ aos professores na elaboração da Proposta pedagógica das escolas.

2.4 FUNÇÃO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

A função dos Parâmetros Curriculares Nacionais se amplia com os conceitos antes ditados sobre o que vinha a ser a educação, em que o aluno era colocado como um mero receptor de informações e conhecimentos diferentes de sua realidade. Os PCN apontam diversos e diferentes objetivos para o ensino

fundamental, entre esses, o de orientar e formar cidadãos para construção da cidadania. Observa-se que o ponto principal dos Parâmetros é a educação básica com qualidade, direcionando a cidadania, a compreensão da realidade e a possibilidade da transformação dos educandos.

O Ministro da Educação e do Desporto Paulo Renato Souza, à época, na apresentação dos PCN, esclarece que: “Ao consolidar os Parâmetros, é apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres” (BRASIL, 1997, p. 05). Nessa direção, conforme explica Rezende:

Os PCN propõem que as problemáticas sociais em relação à ética, saúde, meio-ambiente, pluralidade cultural e orientação sexual sejam integralizadas aos conteúdos curriculares sob a forma de temas transversais. A transversalidade, segundo os PCNs, pressupõe um “tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais e sociais com as questões que estão envolvidas nos temas” (2012, p. 7).

Compreende-se e endossa-se, pois, que os PCN foram elaborados a fim de contemplar uma educação incisiva e global, cuja característica didático/pedagógica é a interdisciplinaridade. Sob essa ótica, cabe compreender que o “aluno e o professor trazem consigo diversos valores, crenças e visões de mundo, que estarão presentes no processo de formação das identidades” (REZENDE, 2012, p. 7).

Com base na Constituição Federal vigente, foram elaborados os PCN que indicam diferentes objetivos para o ensino fundamental, tendo como principal proposta construir, através da educação, a cidadania dos educandos, e neste sentido, para atingir tal objetivo, se faz necessário que a escola tenha seu funcionamento direcionado oportunizando ao educando exercer sua cidadania, o que exige a promoção de recursos culturais relevantes e a participação responsável na vida social. Ainda enfocando a Constituição Federal, que determina no Art. 214.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e

modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 1988).

Os PCN foram constituídos visando ser um referencial de qualidade para a educação em todo o País, afirmando-se como instrumento útil de orientação e apoio às discussões pedagógicas nas escolas, contribuindo na elaboração de projetos educativos, no planejamento das aulas, e na compreensão sobre a prática educativa e na apreciação do material didático.

Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual (BRASIL, 1997, p.13).

Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados para favorecer uma educação que contemple uma formação mais global através da interdisciplinaridade, entendendo que o aluno e o professor e demais profissionais da escola trazem consigo diversos valores, crenças e visões de mundo, que estarão presentes no processo de formação das identidades.

A orientação proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais reconhece a importância da participação construtiva do aluno e, ao mesmo tempo, da intervenção do professor para a aprendizagem de conteúdos específicos que favoreçam o desenvolvimento das capacidades necessárias à formação do indivíduo. Ao contrário de uma concepção de ensino e aprendizagem como um processo que se desenvolve por etapas, em que a cada uma delas o conhecimento é “acabado”, o que se propõe é uma visão da complexidade e da provisoriidade do conhecimento. De um lado, porque o objeto de conhecimento é “complexo” de fato e reduzi-lo seria falsificá-lo; de outro, porque o processo cognitivo não acontece por justaposição, senão por reorganização do conhecimento. É também “provisório”, uma vez que não é possível chegar de imediato ao conhecimento correto, mas somente por aproximações sucessivas que permitem sua reconstrução (BRASIL, 1997, p. 33).

A orientação nos PCN, é que o aluno possa ser sujeito de sua própria formação, em um complexo processo interativo em que o professor se veja também como sujeito corresponsável por esse conhecimento. Abordando Paulo Freire, Forner enfatiza que:

[...] tanto o professor quanto os alunos aprendem: estabelece-se assim uma relação horizontal mediada pelo **diálogo**. Nessa relação, surge o homem problematizado, aquele que pensa e discute sobre sua condição de vida e, propriamente de sua sobrevivência: ele traz de fora do contexto educacional suas angústias e alegrias ao chegar na sala de aula (FORNER, 2005, p. 29).

Destarte, torna-se necessária a interação entre o professor e o aluno de forma que haja uma “relação dialógica entre os entes envolvidos, uma relação horizontal, na qual não houvesse hierarquia, na qual teriam vez e voz, privilegiando o ato do escutar em detrimento ao ouvir” (FORNER, 2005, p. 28).

Os PCN foram criados devido à complexidade que envolve a educação, têm como função apoiar os professores na garantia de suas atividades, envolvendo a socialização das discussões e recomendações, dando suporte na participação de outros profissionais envolvidos nos projetos pedagógicos da escola, garantindo condições para que o aluno seja capacitado para exercer sua cidadania em um processo de educação permanente, onde seja envolvida e respeitada a reciprocidade dos saberes entre o professor e o aluno. É importante observar que os PCN norteiam como parte do processo educacional e das práticas escolares, as atitudes e os comportamentos do professor, que deve direcionar seu trabalho de maneira a atingir os objetivos propostos.

[...] Para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais, participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres, de valorização profissional (BRASIL, 1998, p. 31).

O ensino de atitude e valores é fundamental na construção do sujeito cidadão, no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e consciente dos seus direitos e criando sentimentos de respeito e solidariedade. Desta forma, registramos que a escola deve garantir e promover os conhecimentos e informações previstos

nos documentos oficiais dos PCN que apontam que a educação deve contribuir para que o aluno desenvolva sua própria opinião e tenha responsabilidade na construção dos seus próprios valores.

No próximo capítulo daremos um enfoque como o tema transversal Sexualidade foi inserido nos PCN, apresentaremos pesquisas realizadas no Brasil em escolas públicas para traçar o perfil da situação dos estudantes e a realidade vivenciada por eles.

3 SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Compromisso/Diretrizes

“Durante o trabalho de educação em sexualidade com crianças e adolescentes, deve-se necessariamente, considerá-los sujeitos e não objetos das ações. Ao professor cabe o papel de instigar e encorajar a descoberta das possibilidades e dos limites de crianças e adolescentes envolvidos e, concomitantemente, os acolher. Também necessita propor direções a serem seguidas, porém sem submeter o outro à sua autoridade, reconhecendo-o também como sujeito da aprendizagem. Assim, se o educador é aquele que define os caminhos que devem ser seguidos, precisa ser sensível para alterar os rumos a cada nova intervenção feita por seus parceiros, no caso, criança e adolescente” (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 51).

A necessidade da abordagem do tema transversal Sexualidade em sala de aula, principalmente em nível de Ensino Fundamental, é antiga e faz-se urgente. Professores despreparados, muitas vezes sentem dificuldades em lidar com essas questões, priorizando outros temas nem tão emergenciais. O cotidiano da sala de aula revela questões que culminam com problemas relativos à sexualidade como, Doenças Sexualmente Transmissíveis, AIDS, gravidez precoce ou não planejada, além de não responder demandas em relação à vida afetiva em geral.

Na segunda metade dos anos 60, algumas escolas públicas desenvolveram experiências de educação sexual. Todavia, elas deixam de existir em 1970 após um pronunciamento da Comissão Nacional de Moral e Civismo dando parecer contrário a um projeto de lei de 1968 que propunha a inclusão obrigatória da Educação Sexual nos currículos escolares. Em 1976, a posição oficial brasileira afirma ser a família a principal responsável pela educação sexual, podendo as escolas, porém, inserir ou não a educação sexual em programas de saúde. Durante os anos 80, a polêmica continuou. Todavia, afirma a autora, as modificações ocorreram quase que exclusivamente em nível de discurso (ALTMANN, 2001, p. 579).

A escola deveria orientar e proporcionar ao educando meios de escolher o seu próprio caminho, sendo necessário, e de extrema importância, um programa de educação para a orientação sexual nas escolas. Enfatiza-se a grande responsabilidade dessa instituição sobre o assunto, pois é dentro da escola que se integra à vida social, sendo um dos locais em que se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade. “Há de se questionar como isto ocorre; de que maneira a sexualidade perpassa o espaço escolar, adentrando na Educação” (MOIZÉS, 2007, p. 44). A discussão sobre sexualidade humana é vista como um dos temas que provocam tensão e agitação na sociedade, nesse sentido a escola também não foge a essa realidade, que muitas vezes apresenta-se de maneira dissimulada, dificultando abrir o debate no sentido de vencer barreiras e dar mais atenção a esse assunto tão importante na vida dos sujeitos, em especial de seus alunos.

Neste contexto, a escola vem se confrontando com uma crescente demanda, sendo convocada frequentemente para o enfrentamento das diversas mudanças nas condutas sexuais provocadas pela modernidade, principalmente na fase da adolescência [...] (SOUSA, 2010, p. 87).

Pesquisas recentes realizadas no Brasil abordam alguns temas emergentes que interferem diretamente no funcionamento da escola que precisam de atenção do Estado e dos profissionais que lidam no dia a dia com os educandos. Entre essas apontamos a realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação lançada em 2012, com o relatório sobre a evasão escolar “Iniciativa Global pelas Crianças fora da Escola Brasil. Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes”. Esse estudo constatou que 3,7 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola no Brasil e concluiu que a dificuldade de acesso e permanência tem várias causas, que frequentemente se manifestam de forma combinada, destacando-se, entre essas, a pobreza, trabalho infantil, gravidez na adolescência e exposição à violência.

No Brasil, a gravidez na adolescência vem diminuindo, acompanhando o decréscimo das taxas de fecundidade dos últimos anos. Dados do Ministério da Saúde mostram que a quantidade de partos de meninas e adolescentes entre 10 e 19 anos caiu 22,4% de 2005 a 2009. [...].

De acordo com dados do relatório *Situação da Adolescência Brasileira 2011* (UNICEF), entre as meninas de até 15 anos, no entanto, a tendência é oposta: a taxa de fecundidade vem crescendo nos últimos anos. Em 2004, eram 8,6 nascidos vivos por grupo de mil. Cinco anos mais tarde, a taxa verificada foi de 9,6 por mil. [...]

Ao analisar o total de nascimentos no país, considerando a idade das mães acima de 15 anos, os partos das mães adolescentes foram os que tiveram maior redução: [...]. No entanto, do total de partos registrados em 2007, 20% foram de mães com idades entre 15 e 19 anos. Segundo o relatório, as regiões Norte e Nordeste são as que têm o maior número de partos nas faixas etárias mais adolescentes (UNICEF, 2012, p. 49).

Esse Relatório faz algumas considerações sobre as adolescentes que se encontram fora da escola, exemplificando que esse aspecto pode estar relacionado com a gravidez precoce.

Não há pesquisas específicas recentes sobre a relação entre gravidez na adolescência e abandono escolar. No entanto, o estudo *Situação Educacional dos Jovens Brasileiros na Faixa Etária de 15 a 17 anos*, elaborado pelo pesquisador do Inep Carlos Eduardo Moreno Sampaio, realizado com base na análise da Pnad 2005, apresenta alguns dados que evidenciam essa relação. Segundo o levantamento, entre as meninas dessa faixa etária que estudam, 6%

são mães. Esse número salta para 28,8% entre as adolescentes que estão fora da sala de aula. Isso mostra que a evasão e o abandono podem estar relacionados à gravidez na adolescência, em especial entre as adolescentes de famílias de baixa renda (UNICEF, 2012, p. 49).

Outro fator que se registra frequentemente na escola é o preconceito e a discriminação contra homossexuais. A pesquisa Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar, realizada em 2009, promovida pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e executada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), teve como objetivo central a mensuração de atitudes preconceituosas dos atores escolares e de situações de discriminação ocorridas no ambiente escolar, assim como sua influência no acesso, na permanência, na trajetória e no desempenho escolar dos estudantes, de forma a subsidiar a formulação de políticas e estratégias de ação que promovam, a médio e longo prazo, a redução das desigualdades em termos de resultados educacionais, o respeito e a educação para a diversidade. A pesquisa enfoca que:

Considerando os temas abordados no âmbito da pesquisa, a saber: (1) gênero, (2) étnico-racial, (3) socioeconômico, (4) geracional, (5) pessoas com necessidades especiais (deficiência), (6) territorialidade, e (7) orientação sexual foram definidos como **objetivos específicos** a serem alcançados:

- a) Avaliar percepções quanto a situações de violência no âmbito escolar e familiar, especialmente as violências psicológica, física e de abuso e exploração sexual, e seus impactos em termos de atitudes e comportamentos das pessoas vitimadas;
- b) Avaliar percepções quanto à incidência e intensidade de situações de discriminação de raça, de etnia, de gênero e de orientação sexual, ou ainda, por situações de conflito com a lei, das diversas populações-alvo do estudo;
- c) Avaliar percepções de reconhecimento e respeito à diversidade (FIPE, 2009, p. 13).

A Pesquisa abrangeu 18.599 (dezoito mil, quinhentos e noventa e nove) respondentes de 05 (cinco) diferentes públicos presentes no ambiente escolar: estudantes, professores de português e matemática, diretores de escolas, profissionais de educação e pais, mães e responsáveis, membros do Conselho

Escolar ou da Associação de Pais e Mestres, em 501 (quinhentos e uma) escolas de todos os estados brasileiros, sendo revelados dados significativos. O resultado apontou que, 99,3% dos respondentes afirmaram ter algum tipo de preconceito. Ainda segundo a pesquisa, práticas discriminatórias, como humilhações e agressões, têm como principais vítimas os alunos, especialmente negros, pobres e homossexuais, com médias de 19%, 18% e 17%, respectivamente. As conclusões dessa pesquisa destacam que:

A análise dos resultados da pesquisa revelou que os seus diversos públicos-alvo (diretores, professores, funcionários, alunos e pais / mães) apresentam atitudes, crenças e valores percebidos que indicam que o preconceito é uma realidade nas escolas públicas brasileiras nas sete áreas temáticas de discriminação pesquisadas (étnico-racial, de deficiência, de gênero, geracional, socioeconômica, territorial e de identidade de gênero) (FIPE, 2009, p. 352).

A conclusão da pesquisa mostrou, ainda, que o preconceito e a discriminação contra alunos também têm como vítimas professores e funcionários e afetam todo o ambiente escolar.

Mais preocupante é o fato que o preconceito e a discriminação não raramente resultam em situações em que pessoas são humilhadas, agredidas e acusadas injustamente simplesmente pelo fato de fazerem parte de algum grupo social específico. Nota-se que estas práticas discriminatórias têm como principais vítimas os alunos, especialmente negros, pobres e homossexuais. Apesar do fato de que os alunos são as maiores vítimas, as práticas discriminatórias na escola também vitimam professores e funcionários com preocupante incidência (MEC/IEP, FIPE, 2009, p. 352).

Assim, a escola tem que promover debates sobre diferentes temas relacionados à sexualidade para que práticas discriminatórias e excludentes não venham a ocorrer no ambiente escolar, prejudicando o acesso e permanência do aluno na escola.

O texto sobre Orientação Sexual, contido nos Parâmetros, oferece aos profissionais da educação uma visão de como se trabalhar com sexualidade na escola, privilegiando a distinção entre o público e o privado nas questões relativas às manifestações da sexualidade. Afirma, como valores fundamentais, a sexualidade ligada ao prazer, à vida e à responsabilidade, incluindo, portanto, o desenvolvimento

das capacidades afetivas, de interrelação pessoal e de inserção social (SAYÃO, 1996, p. 57).

Altmann enfoca que “a escola é uma das instituições nas quais se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade; através de tecnologias do sexo, os corpos dos estudantes podem ser controlados, administrados” (2001, p. 578) e para isso a escola deve orientar os estudantes no sentido da importância ao respeito dos seus valores individuais e sociais. Louro, coloca que:

A escola é uma entre múltiplas instâncias sociais que exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero, colocando em ação várias tecnologias de governo. Esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de auto disciplinamento e autogoverno exercidas pelos sujeitos sobre si próprios, havendo um investimento continuado e produtivo desses sujeitos na determinação de suas formas de ser ou ‘jeitos de viver’ sua sexualidade e seu gênero (2007, p. 49).

Isto é evidenciado quando os PCN se referenciam aos temas transversais, cujo conteúdo, entre tantos outros, tem o foco na sexualidade como tema a ser abordado em sala de aula, fazem referência ao respeito e ao conhecimento que o educando traz para a sala de aula, devendo se discutir sobre a realidade concreta e como se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina e o que é trazido pela realidade vivenciada por cada um deles.

Neste mundo globalizado em que a diversidade cultural e valores são infligidos a todo instante, se faz necessário discutir as liberdades civis, e o conceito de direitos individuais e coletivos, como também as questões éticas importantes para cada ser humano, de maneira a assegurar o bem-estar da coletividade.

3.1 FINALIDADE DO TEMA SEXUALIDADE NO PROCESSO EDUCACIONAL

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) propõem que o tema sobre sexualidade seja apresentado através de conteúdos transversais. Uma vez discutidos, os assuntos devem retornar com o assunto mais aprofundado, sempre que os alunos demonstrarem interesse. A inclusão de Orientação Sexual nos PCN representa a garantia de respaldo legal tanto para implantar, como para impulsionar os trabalhos já existentes na área, representa também um avanço para o ensino no

país o fato de se considerar questões significativas da subjetividade como pertinentes ao plano do conhecimento escolar. No entanto, ainda há muito por fazer, principalmente no que diz respeito à formação de profissionais em Orientação Sexual (MOIZÉS, 2007).

Altmann enfatiza que a educação sexual não surgiu na escola a partir dos PCN, mas pode ser identificado como este tema foi introduzido na escola dentro do contexto histórico. “A reinserção da orientação sexual na escola parece estar associada, por um lado, a uma dimensão epidêmica [...] e, por outro, a uma mudança nos padrões de comportamento sexual. Este quadro evoca, portanto, intervenções em escala populacional, bem como individual” (2001, p. 579).

Para Moizés (2007), os trabalhos bem sucedidos de orientação sexual promovem um crescimento no rendimento escolar, o aumento da solidariedade e o respeito ao outro, diminuem a angústia causada pelo desconhecimento do tema e manifestações da sexualidade em adolescentes, tais como posturas provocantes, que são canalizadas em momentos de reflexão, troca de ideias e experiências.

No que tange às orientações sobre os temas transversais nos PCN em propiciar mudanças em relação ao ensino da sexualidade, Nogueira, observa dificuldades pelos educadores em trabalhar o tema nas várias disciplinas, conforme assinala:

Porém ainda encontra-se para eles/as como sendo obrigatório para as disciplinas de ciências e biologia e as demais disciplinas quando possível e planejado dentro do plano docente, sugerem ainda a promoção de palestras com a parceria de profissionais devidamente capacitados, para que esses assuntos não sejam meramente para cumprir um trabalho imposto e desenvolvido de maneira incorreta (NOGUEIRA, 2010, p. 19).

Toda atividade desenvolvida pela escola com os educandos deve ser realizada de maneira continuada e constante, objetivando promover discussões e repasse de orientações, visando criar novas atitudes e comportamentos nos sujeitos no que se refere à sexualidade humana individual e coletiva. Deve se desenvolver a partir das dúvidas provocadas por eles de acordo com os temas que mais os angustiam e amedrontam e requerem respostas imperativas e imediatas.

3.2 HABILIDADES E COMPETÊNCIAS CONTEMPLANDO O COMPROMISSO DE FORMAÇÃO

As habilidades sob a ótica da sexualidade nos Temas Transversais são desenvolvidas junto aos alunos para que eles possam resolver problemas, selecionar a informação pertinente em uma determinada situação ou utilizar os conhecimentos disponíveis para enfrentar situações novas ou inesperadas, para tanto, Lorencini Junior argumenta quais as habilidades que os professores devem ter para tratar a questão:

Dar oportunidade aos alunos de participar das atividades, problematizando os diferentes pontos de vista que eventualmente surjam durante as discussões, e, sobretudo, possibilitar que a sala de aula seja um ambiente de descontração onde os alunos se sintam à vontade para expressar opiniões com sinceridade e honestidade; em suma, um ambiente possível para a busca constante e renovada dos sentidos da sexualidade (1997, p. 94).

De acordo com os PCN, os professores são responsáveis pela Orientação Sexual formal dos seus alunos, independentemente da disciplina ministrada, portanto, pode-se considerar que o discurso do professor deve estar afinado com os Parâmetros, os quais atribuem a esses profissionais a responsabilidade de desenvolver a temática da sexualidade na sala de aula, contribuindo para a formação sexual dos educandos. A escola, ao definir o trabalho com Orientação Sexual como uma de suas competências, o incluirá no seu projeto educativo. Isso implica numa definição clara dos princípios que deverão nortear esse trabalho e sua explicitação para toda a comunidade escolar envolvida no processo educativo dos alunos. Esses princípios determinarão desde a postura diante das questões relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola, até a escolha de conteúdos a serem trabalhados.

A coerência entre os princípios adotados e a prática cotidiana da escola deverá pautar todo o trabalho. Para garantir essa consistência, ao tratar de tema associado à multiplicidade de valores, a escola precisa estar consciente da necessidade de abrir um espaço para reflexão como parte do procedimento de formação permanente de todos os envolvidos no processo educativo.

A sexualidade é, primeiramente, abordada no espaço privado, por meio das relações familiares, assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças e os adolescentes assumam. De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, não pode substituir nem competir com o papel desempenhado pela família, mas sim complementar. Constituir um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação (BRASIL, 1997). É fundamental a interação da escola com a família, e o professor deve ser sensibilizado para acatar e compreender as manifestações trazidas pelos educandos, diminuindo as inseguranças que venham a ser apresentadas nas questões relacionadas à sexualidade.

O trabalho de Orientação Sexual na escola se faz problematizando, questionando e ampliando o leque de conhecimentos e de opções para que o próprio aluno escolha seu caminho. A Orientação Sexual aqui proposta não pretende ser diretiva e está circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto, caráter de aconselhamento individual nem psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem invadir a intimidade e o comportamento de cada aluno ou professor. Tal postura deve, inclusive, auxiliar as crianças e os jovens a discriminar o que pode e deve ser compartilhado no grupo e o que deve ser mantido como vivência pessoal. Apenas os alunos que, por questões pessoais, demandem atenção e intervenção individuais, devem ser atendidos separadamente do grupo pelo professor ou orientador na escola, e poderá ser discutido um possível encaminhamento para atendimento especializado (BRASIL, 1987, p. 299).

Os PCN enfatizam que a Orientação Sexual promovida pela escola seja abordada com os educandos sobre as repercussões das mensagens apresentadas pela mídia, pela família e instituições da sociedade e que sejam trabalhadas pelos educadores em sala de aula com discussões e questionamentos a fim de esclarecer dúvidas, medos, criando a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes foi transmitidos. Nesse contexto, a pesquisadora Marilza Rodrigues faz referência ao

papel da escola, a responsabilidade e a importância da família na formação do sujeito.

A escola não pode e não deve substituir a responsabilidade, que cabe à família, de educar e orientar seus filhos. As primeiras informações que as crianças receberão sobre sexualidade serão dos pais, familiares e/ou cuidadores. Mesmo as atitudes silenciosas, já que não falar sobre o assunto pode sinalizar que é tabu e que não são pessoas “perguntáveis”.

A escola tem como finalidade principal o preenchimento de lacunas, informação e erradicação de preconceitos, enfim, colaborar na desconstrução de opiniões de senso comum e na construção de uma visão ampla baseada principalmente no respeito a si e ao outro (RODRIGUES, 2011).

A escola tem a função de propiciar informações atualizadas e favorecer o debate dos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade para que as propostas contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais sejam efetivadas deve haver integração entre a escola, o educando e a família.

Qualquer trabalho, seja ele com crianças ou adolescentes, deve ser feito de modo contínuo e permanente ou, pelo menos, por um tempo efetivo, para que possam ser discutidas, além de informações, atitudes das pessoas frente à sexualidade coletiva e a sexualidade individual. Além disso, o trabalho deve ter a característica de partir das dúvidas das crianças e jovens dos temas por eles emergentes. Cada grupo de jovens tem suas particularidades e interesses. Assim sendo, entendemos que a Educação Sexual deve ser conduzida e preparada por alguém que seja do agrado e da confiança do contingente infanto-juvenil. Trata-se de um processo lento de conquista (MOIZÉS; BUENO, 2010, p. 206).

De modo geral, as crianças e adolescentes necessitam encontrar nos educadores confiança para se manifestarem e sua postura deve estar coerente com sua prática, desprovida de preconceitos e discriminações. É necessário utilizar uma linguagem simples que favoreça a compreensão do assunto abordado.

É importante ressaltar que experiências realizadas em escolas sobre Orientação Sexual apontam para alguns resultados significativos como o aumento do rendimento escolar o que alivia as tensões e diminuindo as preocupações com questões da sexualidade; e acréscimo da solidariedade e do respeito entre os alunos. O trabalho com as crianças menores na pré-escola, as informações corretas

ajudam a diminuir a angústia e a agitação em sala de aula; com relação aos adolescentes, as manifestações da sexualidade podem deixar de ser fonte de agressão, provocação, medo e angústia, para resultar em assunto de reflexão (BRASIL, 1987, p. 300).

Por essa razão se faz necessário dar ênfase a capacitação sistemática dos profissionais de educação para que possam acompanhar essas orientações advindas das mudanças sociais que influenciam na forma de pensar e agir do comportamento humano.

3.3 APLICAÇÃO NA VIDA PRÁTICA DEFINIDAS NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - COMPETÊNCIAS

A finalidade do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades. Conforme frisado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os temas transversais no que se referem à Orientação Sexual devem adotar as determinações a seguir:

Assim, a escola deve se organizar para que os alunos, ao fim do ensino fundamental, sejam capazes de:

- Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade, reconhecendo e respeitando as diferentes formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano;
- Compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana;
- Conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual;
- Identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos;
- Reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas;
- Identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro;

- Reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois;
- Proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores;
- Agir de modo solidário em relação aos portadores do HIV e de modo propositivo em ações públicas voltadas para prevenção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis/Aids;
- Conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids;
- Evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos; consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade (BRASIL, 1997, p. 133-134).

A segunda edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2012, realizada para investigar os fatores de risco e proteção à saúde entre adolescentes do 9º ano do ensino fundamental promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o apoio do Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, teve o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a saúde dos adolescentes e subsidiar políticas públicas para esse segmento, uma vez que “experimentam mudanças biológicas, cognitivas, emocionais e sociais, vivenciam um importante momento para a adoção de novas práticas, comportamentos e ganho de autonomia e, também, de exposição a diversas situações que envolvem riscos presentes e futuros para a saúde” (PeNSE, 2013, p. 23). Desta forma, essa pesquisa traçou um perfil da situação dos estudantes e de alguns aspectos do ambiente escolar, como consumo de álcool e outras drogas, saúde sexual e reprodutiva, violência e *bullying*.

Para atender aos objetivos da pesquisa, a amostra foi composta por estudantes de escolas públicas e privadas dos 26 (vinte e seis) Estados e do Distrito Federal, no total de 109.104 (cento e nove mil, cento e quatro) respondentes de 2.842 (dois mil, oitocentos e quarenta e duas) escolas e 4.091 (quatro mil, noventa e uma) turmas. O resultado comprovou alguns aspectos no que se refere ao “Acesso na escola a informações sobre sexualidade”:

A PeNSE 2012 mostrou que 89,1% dos escolares disseram ter recebido informações sobre doenças sexualmente transmissíveis e AIDS na escola. Em relação à dependência administrativa da escola,

não houve diferença entre escolares de escolas públicas (89,2%) e privadas (88,7%).

A proporção dos alunos entrevistados que receberam orientação na escola sobre como adquirir preservativos gratuitamente foi de 69,7%. Em relação à dependência administrativa da escola, o percentual encontrado entre os estudantes da rede pública (72,3%) foi maior do que o registrado entre os da rede privada (56,7%).

Cerca de 82,9% dos escolares responderam ter recebido orientação na escola sobre prevenção de gravidez. Não foram verificadas diferenças significativas entre escolares de escolas públicas (83,3%) e escolas privadas (80,8%) (PeNSE, 2013, p. 65).

Essa pesquisa apresentou que a escola tem incorporado o que prever os Parâmetros Curriculares Nacionais no que se refere às orientações sobre a importância do uso de preservativos na prevenção das DSTs e AIDS e gravidez não planejada e aspectos da saúde sexual e reprodutiva:

A educação sexual na escola é importante para dar orientação adequada para a primeira relação sexual dos adolescentes. Nessa Pesquisa enfoca que os Ministérios da Saúde e da Educação têm implantado programas de acesso aos meios e métodos anticoncepcionais para evitar a gravidez precoce e prevenir as DSTs e a AIDS (PeNSE, 2013, p. 63).

Os conteúdos transversais sobre sexualidade que estão inseridos nos PCN não se constituem apenas como um discurso fantasioso, mas tem como objetivo transformar uma realidade a partir da necessidade de esclarecimentos sobre assuntos que interferem diretamente na vida de cada cidadão. Nessa mesma direção, Tonatto; Sapiro enfatizam que:

[...] Os PCN orientam e reforçam a necessidade de uma discussão permanente e atualizada, com relação ao ensino fundamental, sobre seus objetivos, propostas, conteúdos eleitos, etc., mas, as modificações, quando realizadas são elaboradas localmente por cada equipe de cada escola dentro do seu contexto de vida (2002, p. 172).

Outra pesquisa que podemos nos referir foi desenvolvida por Costa, F. (2012), onde mostrou que em todas as escolas há professores que têm mais preocupação, comprometimento, envolvimento com a temática da sexualidade e que demonstraram esse empenho. Essa pesquisa decorreu em 07 (sete) escolas da

rede pública de ensino fundamental e médio de um município do Paraná, e teve como objetivos avaliar os níveis de comprometimento da escola em relação à problemática da Orientação Sexual e apontar algumas possibilidades de como se trabalhar nas escolas investigadas. A pesquisadora concluiu que para que as interferências nas escolas pesquisadas sobre Orientação Sexual se efetivassem através da inclusão das atividades no currículo, “[...] inicialmente seriam necessários que os objetivos, as estratégias metodológicas e didáticas fossem definidas com clareza e sem ambiguidade, com respaldo nos Documentos Oficiais” (COSTA, 2012, p. 166), orientando, portanto, que se evite a improvisação e a irregularidade.

Para Martinelli,

A materialização da proposta da Orientação Sexual nas escolas, pautada numa concepção ampla de sexualidade, tem um fator essencial: a formação do professor. Uma das maiores dificuldades é a preparação do professor, pois essa temática exige muito mais do que uma exposição teórica de algumas explicações orgânicas e funcionais... Outra limitação que pode ser apontada é a falta de material e atividades adequadas. A ausência de uma ampla formação dos professores, de planejamento e de materiais apropriados incorre no risco de tornar o trabalho com a temática da sexualidade essencialmente repressivo e castrador, uma vez que fica sujeito a noções pautadas no senso comum e carregadas de tabus e preconceitos (2008, p. 63).

Isto demonstra a necessidade de que os Parâmetros Curriculares Nacionais sejam amplamente estudados e que as escolas assumam o compromisso de introduzi-los nos seus currículos, favorecendo os educadores com capacitação e adquirindo materiais necessários para melhor exposição do tema, contribuindo, desta forma, na melhoria da qualidade do ensino.

Neste capítulo fizemos uma abordagem sobre os PCN e apresentamos diversas Pesquisas realizadas no Brasil sobre temas relacionados à sexualidade dos estudantes, onde mostraram a necessidade de trabalhar esses conteúdos na escola. Já no Capítulo seguinte iremos colocar a problemática desta Pesquisa, enfocando os objetivos como também a caracterização das escolas e dos sujeitos participantes desta Pesquisa.

4 PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA DA PESQUISA

Ensinar não é transferir conhecimento

“É preciso insistir: este saber necessário ao professor - que ensinar não é transferir conhecimento - não apenas precisa ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser - ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido” (FREIRE, 2002, p. 52).

No presente capítulo apresentaremos num primeiro momento a problemática orientadora do estudo e, de seguida, o método adotado.

4.1 PROBLEMÁTICA

Feitas as considerações expostas no enquadramento teórico, delimitamos a problemática de nossa pesquisa em torno da seguinte questão: como as escolas do ensino fundamental, série final, estão trabalhando a sexualidade, tendo como principal referência de análise os temas transversais definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais?

Dessa forma, a presente investigação tem como objetivo geral, analisar como ocorre a inclusão do tema sexualidade previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais no Currículo Escolar de Escolas Públicas de Ensino Fundamental em João Pessoa – PB.

Com vista à operacionalização do questionamento geral, definiram-se os objetivos específicos em função dos alunos e dos professores. Assim:

No que respeita à representação dos estudantes sobre a sexualidade, as estratégias seguidas na escola e os ganhos formativos alcançados:

- Averiguar as representações dos estudantes sobre a sexualidade, designadamente sobre os medos relacionados à sexualidade e sobre o tema da proteção na relação sexual, bem como de que forma recebem informações sobre sexualidade;
- Identificar a importância atribuída pelos estudantes à inclusão da educação sexual no currículo escolar numa perspectiva transdisciplinar;
- Identificar a representação dos estudantes sobre como são repassados os conteúdos previstos no tema transversal *sexualidade* nas salas de aula e sua opinião sobre como tal inclusão decorre, bem como sugestões sobre o assunto;
- Identificar a importância atribuída pelos estudantes à inclusão do tema sexualidade no currículo e sobre os ganhos formativos alcançados.

No que respeita à gestão curricular dos professores e suas representações, opiniões e conhecimentos sobre o tema:

- Identificar a relação entre os conteúdos, habilidades e competências definidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e os trabalhados na série final do ensino fundamental de escolas públicas;
- Detetar como é trabalhado o tema transversal *sexualidade* nas salas de aula, em particular as estratégias usadas pelos professores quando trabalham as questões polêmicas ligadas à sexualidade e de que maneiras são dadas orientações aos alunos;
- Identificar os materiais didáticos utilizados por professores nas aulas para trabalhar o tema sexualidade;
- Identificar como questões sobre sexualidade são abordadas dentro dos interesses e possibilidades de compreensão próprios da idade dos estudantes e sobre sua percepção quanto ao nível de informação sobre o tema da sexualidade;
- Identificar o conhecimento dos professores sobre a proposta do tema *sexualidade* nos Parâmetros Curriculares Nacionais e opinião da discussão desse tema na escola, bem como o embasamento teórico utilizado por eles para abordar o tema junto aos estudantes.

4.2 METODOLOGIA

Nesta seção propomo-nos dar conta da natureza, instrumentos e procedimentos da pesquisa, bem como das características quer dos contextos escolares em que se realizou o trabalho, quer dos participantes.

Natureza, instrumentos e procedimentos da pesquisa

Para atendermos aos objetivos da pesquisa, realizamos uma revisão bibliográfica e documental que envolveu levantamento, seleção e estudo de bibliografia de autores que estudam o tema, bem como o documento que apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais, em especial o tema transversal da

sexualidade.

A orientação metodológica adotada no estudo empírico baseou-se na perspectiva da pesquisa qualitativa, exploratória, de natureza descritiva.

Para a recolha da informação optamos por empregar a entrevista semiestruturada, a que mais se adequa aos objetivos propostos. Organizámos o guião da entrevista em função dos objetivos específicos da pesquisa, como se pode ver no Apêndice 1 e 2.

Para verificar a estrutura e a clareza do guião foi realizado um pré-teste com 02 (dois) estudantes e 02 (dois) professores, escolhidos aleatoriamente e que se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa. Segundo Gil,

Torna-se necessário, portanto, pré-testar cada instrumento antes de sua utilização, com vista em: (a) desenvolver os procedimentos de aplicação; (b) testar o vocabulário empregado nas questões; e (c) assegurar-se de que as questões ou as observações a serem feitas possibilitem medir as variáveis que se pretende medir. É necessário que o pré-teste dos instrumentos seja feito com população tão similar quanto possível a que será estudada. Não se requer, todavia, uma amostra rigorosamente representativa dessa população (GIL, 2002, p. 132).

Nestas entrevistas já foi utilizado gravador e solicitado aos entrevistados autorização para gravação com o compromisso de sigilo absoluto dos dados pessoais.

Os dados coletados através de entrevista gravadas, foram transcritos e padronizadas de acordo com o método de análise de conteúdo que, segundo Bardin³, é aquele que pode ser entendido como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (1977, p. 42 *apud* FREITAS, 2010, p. 38).

Freitas enfoca que Barbin aponta “que acende a possibilidade, muitas vezes, sem excluir a informação estatística, de descobrir ideologias, tendências e outras

³ BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

categorias que caracterizam os fenômenos sociais que se analisam, [...] o método utilizado é dinâmico, estrutural e histórico” (2010, p. 38).

Deste modo os temas tomados para análise dos dados coincidem com os assuntos abordados nas questões da entrevista.

A pesquisa foi realizada em dois momentos. No primeiro, houve o contato com a direção das Escolas e com professores que lecionam o 9º ano, individualmente, para as apresentações e provável disponibilidade de colaborar com a pesquisa. No segundo momento foi realizada a entrevista. Todas foram feitas nos horários agendados anteriormente conforme disponibilidade dos docentes.

Os discentes foram entrevistados individualmente nos turnos de suas aulas, fora da sala de aula, com autorização dos gestores das escolas pesquisadas. Antes de iniciar a entrevista, foi solicitado aos professores e estudantes que concordaram em participar da pesquisa para assinarem uma ficha de consentimento, contendo apresentação do pesquisador, a instituição para a qual será apresentado o trabalho, os objetivos da pesquisa e ainda esclarecimentos que os resultados podem ser utilizados para o desenvolvimento de trabalhos na pesquisa acadêmica, com a responsabilidade de que os dados dos entrevistados serão sigilosos.

Caracterização das Escolas

A escola da rede pública de ensino, aqui denominada de Escola (A), localiza-se no Bairro da Torre em João Pessoa/PB. Essa escola foi criada através do Decreto nº 4.596, de 07 de junho de 1959, funcionou como secção do Lyceu Paraibano, iniciando as atividades com 197 (cento e noventa e sete) alunos. Desligou-se do Lyceu Paraibano através do Ato nº 4.596, de 07 de julho de 1968. Com a Lei 5.692, de 1973, passa a integrar as unidades do Complexo Escolar Santa Júlia, funcionando nos três turnos.

Atualmente a escola funciona nos períodos manhã, tarde e noite, com o ensino do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e o ensino médio. Estavam matriculados em 2012, 630 (seiscentos e trinta) alunos. A equipe era composta por 01 (um) Diretor, 33 (trinta e três) professores e 57 (cinquenta e sete) funcionários.

O espaço físico da escola conta com ginásio de esportes, auditório, salas de aula, salas de administração e uma pequena área livre.

O alunado é constituído no turno diurno, por filho de pais de classe média e baixa, e à noite por trabalhadores e jovens fora da faixa etária regular.

ESCOLA A



Foto da Fachada da Escola (A) – acervo próprio



Fotos do ambiente interno da Escola (A) - acervo próprio.

A Escola (B) localiza-se no Bairro Manaíra em João Pessoa/PB. Essa escola foi fundada em 1977, através do Decreto nº 7.211 e inaugurada no dia 31 de dezembro de 1979, pelo então Presidente da República General Ernesto Geisel e o Governador do Estado da Paraíba Ivan Bichara Sobreira.

Em 2012 contava com 1200 (um mil e duzentos) alunos distribuídos nos três turnos, abrangendo o ensino fundamental e médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tem uma equipe composta de 01 (um) Diretor Geral e 02 (dois) adjuntos, 54 (cinquenta e quatro) professores e 20 (vinte) funcionários.

O espaço físico desta escola conta com ginásio de esportes, auditório, salas de aula, salas de administração e uma grande área livre.

O alunado é constituído no turno diurno, por filho de pais de classe média e baixa, à noite por trabalhadores e jovens fora da faixa etária regular.

ESCOLA B



Fotos da Fachada da Escola (B) - acervo próprio.



Fotos do ambiente interno da Escola (B) - acervo próprio.

As escolas pesquisadas dispõem de estrutura física amplas, com salas arejadas e claras e espaço físico para desenvolverem atividades pedagógicas, esportivas e lúdicas, que podem facilitar o trabalho educativo com os alunos.

Caracterização dos Participantes da Pesquisa

A população da pesquisa foi constituída por estudantes e professores do nono ano do ensino fundamental, de duas escolas públicas da cidade de João Pessoa/PB, no total de 10 (dez) alunos e 06 (seis) professores, sendo 05 (cinco) alunos e 03 (três) professores por cada escola.

Apresenta-se no Quadro 01, o perfil sociodemográfico dos alunos relativos à caracterização dos participantes. Observou-se que 06 (seis) são do gênero masculino e 04 (quatro) do gênero feminino. Com relação à idade, 01 (um) estava com idade de 13 anos, 04 (quatro) com 14 anos, 03 (três) estavam com 15 anos, 01 (um) com 16 anos e 01 (um) com 17 anos. Os 10 (dez) alunos estudavam o 9º ano do ensino fundamental, nas duas escolas pesquisadas.

Quadro 01 - Perfil sociodemográfico dos estudantes

Característica dos estudantes	Masculino	Feminino	Total
Sexo	06	04	10
Idade			
13 anos	01	-	01
14 anos	02	02	04
15 anos	02	01	03
16 anos	01	-	01
17 anos	-	01	01
Escolas			
Escola (A)	04	01	05
Escola (B)	02	03	05
Série cursada			
9º ano	06	04	10

Fonte: Pesquisa de Campo

Apresenta-se no Quadro 02 o perfil sociodemográfico relativos aos professores. No que tange a caracterização, mostraram que 05 (cinco) são do gênero masculino e 01 (um) do gênero feminino, 03 (três) ensinam língua

portuguesa, 03 (três) ciências e biologia e 03 (três) educação física. Interessante ressaltar que buscamos relacionar os professores nas duas escolas investigadas, haja vista que os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam que a educação sexual seja trabalhada em todas as disciplinas.

Quadro 02 - Perfil sociodemográfico dos professores

Característica dos Professores	Masculino	Feminino	Total
Sexo	05	01	06
Disciplina			
Língua Portuguesa	01	01	02
Ciência e Biologia	02	-	02
Educação Física	02	-	02
Escolas			
Escola (A)	02	01	03
Escola (B)	03	-	03
Série que leciona			
9º ano	05	01	06

Fonte: Pesquisa de Campo

Com relação aos professores que foram entrevistados, inicialmente não se revelaram disponíveis para colaborar, pois se julgaram incapazes de emitir suas opiniões sobre questões dos PCN relacionados ao tema transversal sexualidade, embora todos concordaram em participar da Pesquisa, mesmo alegando indisponibilidade de tempo. Por outro lado, com relação aos alunos opinarem sobre como o tema é abordado em sala de aula, não houve resistência em participarem da entrevista, mesmo ficando inibidos em emitirem suas opiniões e solicitando que fosse assegurado o sigilo dos seus dados pessoais. É importante ressaltar que todos assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”.

Neste capítulo esclarecemos qual o problema da pesquisa e fizemos a abordagem da metodologia. No capítulo seguinte iremos apresentar os resultados das entrevistas com os alunos e os professores das duas escolas pesquisadas, bem como a respectiva análise e discussão.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

“A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 1985)

Neste capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa de campo sobre o tema e problema em foco na dissertação, sua análise e discussão. A exposição e discussão das informações coletadas serão abordadas tendo em conta os temas subjacentes às questões constituintes do guião da entrevista que, por sua vez, estão articulados aos objetivos específicos da pesquisa. Num primeiro momento isto será feito relativamente aos resultados das entrevistas dos alunos e, de seguida, dos professores. Na discussão dos resultados, os PCN serão uma referência essencial, ainda que sejam também invocados os estudos de alguns autores já referidos anteriormente nos Capítulos 1, 2 e 3.

5.1 O TEMA SEXUALIDADE NA VISÃO DOS ALUNOS

Nas questões dirigidas aos alunos, algumas considerações foram observadas e comentadas de acordo com a literatura pertinente.

Iniciamos as entrevistas fazendo uma indagação sobre em que disciplina se estudava o tema transversal sexualidade na escola, 09 (nove) estudantes responderam que a disciplina de Ciências seria a mais indicada para conseguir informações sobre o assunto. “A gente estuda muito em ciências, porque ensina muito como é feita a sexualidade, dos perigos que tem, assim, de doenças e é só” (A. 4). Apenas uma aluna respondeu que “eu acho que é nenhuma, não” (A. 7).

A propósito dos assuntos discutidos em sala de aula sobre sexualidade, os estudantes enfocaram que esse tema está relacionado aos riscos de contrair doenças. As respostas apontam para uma confusão entre a sexualidade e o ato sexual, esta relação é enfatizada pelos alunos quando assinalam que nas disciplinas de ciências é trabalhado unicamente o fator biológico (A. 7). Todos os 10 (dez) estudantes entrevistados, falaram do corpo humano, cuidados para não engravidar, doenças sexualmente transmissíveis, sobre a homossexualidade e assuntos relacionados à prevenção. Questões discutidas em sala de aula, segundo informação de uma aluna, partem dos próprios estudantes, que não obtêm respostas dos professores, os quais deveriam aproveitar o momento para por em prática o que orienta os Parâmetros Curriculares Nacionais, redimindo as dúvidas e informando com clareza e segurança. Observamos que essa atitude por parte dos educadores

necessita ser revista objetivando alcançar o que preconiza os conteúdos de educação sexual previstos nos PCN, que consideram:

Praticamente todas as escolas trabalham o aparelho reprodutivo em Ciências Naturais. Geralmente o fazem por meio da discussão sobre a reprodução humana, com informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano. Essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, nem o interesse dos adolescentes, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui a dimensão da sexualidade (BRASIL, 1998, p. 292).

Questionados sobre as discussões do tema sexualidade em sala de aula, os estudantes foram unânimes em responder que qualquer tipo de informação referente a esclarecimentos sobre a sexualidade é importante; a fecundação, prevenção contra as doenças sexualmente transmissíveis; entre outros. “Assim, ... eu acho legal, porque nós aprendemos. A gente já aprende com ... em casa com a família, acho legal porque a gente aprende, fica mais informado sobre isso e que, isso é muito importante, né?” (A. 6), declara a aluna.

Compreendemos que pais e educadores limitam o tema sexualidade unicamente ao aspecto biológico, entretanto tal postura ligada à reprodução ou mesmo ao risco que o adolescente se expõe com seu comportamento não correspondem às suas necessidades, haja vista ser importante focar a afetividade, o envolvimento e o prazer como parte da natureza que o jovem vivencia nessa fase da vida. A respeito de como deve ser trabalhado o tema sexualidade nas escolas, referenciamos o que Santos; Ippolito apontam:

Na maioria das ações voltadas para o trabalho educativo em sexualidade nas escolas, ainda prevalece a preocupação com sexo, reprodução e consequências indesejadas, tais como doenças sexualmente transmissíveis/síndrome da imunodeficiência adquirida (DST/aids) e violência sexual. Em que pese a importância desses temas, eles não devem se sobrepor à discussão mais ampla sobre a sexualidade, que inclui reflexões sobre prazer, conceito de vulnerabilidade, afetos, relações de gênero, direitos, responsabilidades, entre tantos outros aspectos (2011, p. 49).

Estes são temas fundamentais para serem discutidos com os alunos de acordo com uma educação comprometida com a formação para a cidadania,

ênfatizada a sexualidade como direito, na perspectiva de atender as diversas dimensões do sujeito, como prazer, saúde e bem-estar.

Ainda continuando a fazer o enfoque a respeito da questão dos resultados do estudo sobre sexualidade para os estudantes, estes consideram como interessante, “a importância é, assim, pra gente saber mais, estudar mais, porque não só de ciências a gente tem que aprender essa aula, tem que estudar mais assim outras matérias que é pra eles ensinar as doenças que tem, porque não é poucas as doenças que surgem.” (A. 4).

Essas respostas confirmam nossa observação no sentido que as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre o tema transversal ora discutido não vem sendo trabalhados com os estudantes nessas duas escolas, necessitando, portanto que os educadores transmitam os ensinamentos contidos nos temas transversais, especialmente relacionados a educação sexual. É importante destacar que o tema sexualidade permeia não só o ambiente institucional, como nas discussões dentro e fora da escola. “Fica explícito que independente dos educadores/as realizarem as abordagens ou não a sexualidade se coloca no discurso o tempo todo no ambiente escolar, sendo entre os pares, na internet, nos livros, nas revistas, entre outros” (NOGUEIRA, 2010, p. 20).

Com relação à indagação da importância de discutir sobre sexualidade em todas as disciplinas, alguns responderam que é fundamental porque muitos “não sabem, se aprende cada vez mais, não apenas em ciências, mas também em outras disciplinas [...]” (A. 4). Outro chama atenção que “deveria é melhorar o ensino de outras disciplinas... Acho que pra escola, acho que não seria um assunto tão importante. Pra outras coisas. É, para os idiomas, por exemplo, espanhol, português, deveria melhorar, matemática. A maioria das pessoas não consegue aprender isso” (A. 7). Outro aluno acrescenta que “é porque nessa idade, infelizmente tem gente que até já tem filho, né? Aí como, se muita gente falar, aí vai ver a pessoa segue o conselho, ia ficar meio estranho, mas talvez daria certo. É... ciências, biologia, e física. Sim, seria importante” (A. 9).

Quando interrogados com quem os estudantes conversam sobre sexualidade, 07 (sete) alunos (A. 1, A. 2, A. 4, A. 5, A. 6, A. 7, A. 8 e A. 9) disseram ser importante discutir sobre o assunto com alguém da família; mãe, avó, irmão, pai,

tios. Como confirma esse aluno: “Eu, não gosto muito de conversar sobre isso, mas eu converso uma vez perdida assim com minha avó e com minha mãe. Não, eu não gosto de falar disso não” (A. 9). 02 (dois) alunos informaram que dialogam com amigos (A. 3 e A. 7) e apenas 01 (um) (A. 10) afirmou que não é para ser conversado. “Geralmente com ninguém. Não vou mentir”. (A. 10). O Aluno (A. 7) enfatiza que conversa “Com os amigos, com um tio, primo, é família”.

As respostas vão de encontro à necessidade de se trabalhar com o tema sexualidade em sala de aula, desta forma mesmo sendo orientado pelos Parâmetros Curriculares Nacional observamos que este assunto ainda encontra-se imbuído de resistências, tanto pelos educadores quanto pelos educandos. Gomes faz análise da situação de como é debatido sobre a sexualidade no ambiente familiar, escolar e social.

De maneira geral, o adolescente não recebe na família informações [...] muitas vezes limitadas e inadequadas, provenientes de amigos, de pessoas pouco preparadas para essa função. A maior parte das informações disseminadas diz respeito ao uso de preservativos para prevenção de DST/AIDS; entretanto, o mecanismo de funcionamento do corpo relacionado à puberdade, maturação sexual, vivências e conflitos decorrentes do crescimento e da sexualidade, com efeito, pouco são abordados (GOMES, *et al* 2002, p. 301).

Interrogado sobre as sugestões oferecidas para abordar esse tema na sala de aula, 06 (seis) alunos disseram não saber sugerir. Conforme falou um aluno (A. 4), “não é fácil falar e sim difícil fazer do que eles pensam e do que não pensam”. O aluno (A. 5) respondeu que é importante falar em sala de aula, sim, porém: “[...] tudo um pouquinho, né? Não pode sair falando assim, tudo tem uma hora, né? Sabe, tudo tem uma hora pra saber. Aí tem a hora de falar. Eu nem tenho aula de sexualidade”.

Destacamos a necessidade de planejamento, uma vez que na fala do aluno A. 5 fica claro não ser contemplado o tema sexualidade em sala de aula. Outros 03 (três) alunos sugeriram diversas estratégias e atividades que podem auxiliar de que maneira pode-se trabalhar o tema, como: palestras, gincanas, pesquisas, trabalhos com maquete, foram sugestões apresentadas e a inserção de uma disciplina só sobre sexualidade “Tendo uma aula específica só pra isso aí” (A. 10).

Observando a colocação dos educandos, e fazendo um entrelaçamento entre a fala dos entrevistados, isso demonstra a necessidade do preparo para em qualquer momento discutir em sala de aula os questionamentos relacionados à sexualidade. Neste sentido os PCN fazem a orientação de como trabalhar o tema de forma multidisciplinar.

Por tratar-se de temática multidisciplinar, comporta contribuições de diferentes áreas do conhecimento, como Educação, História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Psicanálise, Economia e outras. Também é importante a construção permanente de uma metodologia participativa, que envolve o lidar com dinâmicas grupais, a aplicação de técnicas de sensibilização e facilitação dos debates, a utilização de materiais didáticos que problematizem em vez de “fechar” a questão, possibilitando a discussão dos valores (sociais e particulares) associados a cada temática da sexualidade. A montagem de um acervo de materiais na escola — como textos e livros paradidáticos, vídeos, jogos, exercícios e propostas de dramatização —, é importante para a concretização do trabalho (BRASIL, 1978, p. 331).

Ao indagarmos sobre o que os estudantes não sabiam e aprenderam nas aulas sobre sexualidade, 06 (seis) alunos disseram ter conhecimento prévio sobre a sexualidade, e 04 (quatro) que aprenderam sobre a prevenção de doenças, especialmente AIDS, sobre fertilidade. Realçaram a questão dizendo que “eu aprendi muito através dos professores porque sem eles a gente não aprende, né? A gente aprendeu muito sobre isso. O que eu não sabia assim, que tinha muitas doenças, né? De usar camisinha sempre pra se prevenir” (A. 4). O depoimento do aluno vai em direção ao que preconiza os conteúdos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 148) onde destaca ser importante “[...] retomar a discussão sobre o corpo e os cuidados oferecidos pelos serviços de saúde. O Professor deve basear-se nas proposições gerais do tema Saúde, ou seja, o enfoque deve ser para a saúde e não para a doença”.

Ao investigarmos se na escola é trabalhado sobre o respeito à sexualidade e como isso é feito, 02 (dois) alunos afirmaram que esse trabalho realizado, conforme depoimentos: “aqui eu nunca vi não, né? Porque eu não vim daqui, eu vim do interior, mas lá no interior onde eu estudava tinha” (A. 1), acrescentado ainda tem a resposta da aluna (A. 8) que ressaltou, “É. Aqui, nunca vi assim, só uma vez, bem

no comecinho do ano que levaram a gente pra sala de informática e passaram um DVD, né?”, explicando sobre as doenças, essas coisas”. Também foi abordado por outra aluna que colocou que na escola quem dar o enfoque sobre esse assunto “É... assim, a professora de ensino religioso ela fala muito isso de respeitar tanto em termo de sexualidade, religião, tudo isso” (A. 6).

Nessa ótica, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram contemplados na resposta dessa aluna (A. 6), visto que em seus temas transversais enseja que é importante trabalhar o respeito sobre a sexualidade para “identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos” (BRASIL, 1997, p. 65). Ainda de conformidade com esses Parâmetros, “Reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associadas” (BRASIL, 1997, p. 67). No entanto, foi focalizado ausência na escola que estuda o tema somente na aula de religião. Na fala dos alunos observamos que o tema sexualidade enfrenta sérias resistências para ser trabalhado por professores das diversas disciplinas. Sousa enfatiza sobre a importância da escola abordar o tema com respeito a sexualidade do indivíduo.

Entendemos que a sexualidade se constitui socialmente devendo ser conduzida com base no respeito entre os indivíduos e atuando no combate à discriminação e aos estereótipos criados no âmbito social (1999, p. 118).

Quando solicitamos para que os estudantes falassem sobre os sentimentos de proteção na relação sexual e medos relacionados à sexualidade, 09 (nove) revelaram sentir medo das doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez não planejada, apenas uma aluna falou não sentir medo de nada. Registramos a colocação da aluna que disse ser importante “se proteger usando camisinha, pílula do dia seguinte, injeção de três em três meses. Essas coisas. Medos de pegar alguma doença, de engravidar. Ser expulso de casa. Essas coisas. É bem importante, a pessoa pensa que é simples, mas é bem difícil lidar com isso” (A. 6). Declarações presentes nas falas enfatizam apreensão inerente aos sentimentos: “medo de pegar doença mesmo. Principalmente de engravidar também alguma

moça, mas, é muito difícil isso acontecer porque eu não quero ter relação sexual menor de idade” (A. 9).

O medo que eu tenho é como ele aqui falou é ser pai logo cedo né? Assim e doenças que tem muitos pra quem não sabe, tem muitas que a gente não sabe como é, deve sempre se prevenir. A proteção que eu indico para todos é que use sempre camisinha né? Porque muitas doenças que a gente não sabe pode entrar na gente, sem a gente saber, por isso indico sempre usar camisinha (A. 4).

Nas falas dos estudantes se percebe os medos principalmente em pegar doenças, como AIDS e também de uma gravidez não planejada. Isso demonstra que o tema debatido em sala de aula vem relacionado especificamente às questões biológicas, ignorando o que destaca os Parâmetros Curriculares Nacionais.

O trabalho com esse tema, ao mesmo tempo que fornece informações sobre Aids, possibilita que os jovens exponham os medos e angústias suscitados e se questionem os diferentes mitos e obstáculos emocionais e culturais que impedem a mudança de comportamento necessária à adoção de práticas de sexo protegido. Dentre os obstáculos emocionais, vale destacar os mecanismos de onipotência e de negação entre os adolescentes, que demandam espaço contínuo de discussão para que possam vir à tona e modificar-se (BRASIL, 1998, p. 326).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem que a mensagem fundamental a ser trabalhada em sala de aula, sobre prevenção, é não relacionar o medo e a angústia como mecanismo de intimidação, ressaltando que o desejo é fundamental para que se desenvolva a sexualidade buscando o prazer algo subjetivo e não só os aspectos físicos. Observa-se que, apesar de toda tecnologia da informação, ainda detectamos que os adolescentes permanecem com as mesmas dificuldades e dúvidas sobre sexo e sexualidade do século passado. As observações dos alunos ao longo da investigação refletem de como a sexualidade é vista no ambiente escolar.

Mesmo entre os jovens e facilmente perceptível a dificuldade de discutir e lidar com as manifestações dos colegas – meninos ou meninas – que se desviem dos padrões pré-estabelecidos socialmente.

Por outro lado, professores e profissionais da educação revelam que lidar com as manifestações da sexualidade dos alunos em sala de aula é uma questão polêmica e de difícil abordagem. Esse

desconhecimento reflete diretamente na forma de lidar com as questões sexuais, haja vista que grande parte da sociedade passa a desconsiderar as manifestações sexuais que, deveriam ser tratadas como expressões naturais da sexualidade e que têm importante participação na estruturação da personalidade e do desenvolvimento global humano (SOUSA, 2010, p. 16).

A ideia de um trabalho educativo sobre o tema sexualidade em sala de aula e inserindo nas diversas disciplinas do currículo escolar e nos conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares, faz com que seja necessário dar suporte teórico-metodológico aos professores, por meio de formação continuada, estimulando a produção de materiais de apoio pedagógico.

Embora tendo um instrumento norteador como os Parâmetros Curriculares Nacionais, os educandos se deparam ainda com pouca informação ministradas na escola, no entanto a proposta de uma orientação sexual deveria priorizar o respeito à sexualidade como fator fundamental na construção da personalidade do sujeito estudante, o que não foi observado no decorrer das entrevistas, onde concluímos que o tema é voltado apenas para as questões biológicas modelo discordante dos Parâmetros.

A seguir faremos uma apresentação dos resultados obtidos nas entrevistas com os alunos das duas escolas pesquisadas, visando uma demonstração para melhor compreensão.

Quadro 3 - No que respeita à representação dos estudantes sobre a sexualidade, as estratégias seguidas na escola e os ganhos formativos alcançados

Perguntas da entrevista	Resultados
Disciplina que estuda o tema sexualidade na escola	Responderam que estudam na disciplina de Ciências. Apenas uma aluna respondeu que em nenhuma
Assuntos discutidos na sala de aula sobre o tema	Os entrevistados falaram do corpo humano, cuidados para não engravidar, doenças sexualmente transmissíveis, sobre a homossexualidade e assuntos relacionados à prevenção.
O que acha da discussão do tema sexualidade em sala de aula	Os alunos responderam que qualquer tipo de informação referente a esclarecimentos sobre a sexualidade é importante. As questões discutidas em sala de aula, para um aluno, partem dos próprios estudantes, que não obtém

	respostas dos professores.
A discussão do tema é suficiente para esclarecer as dúvidas	Acham que o tema da sexualidade discutido seja suficiente. Apenas um enfatizou que as dúvidas sobre esse tema tira em casa com a mãe.
A importância da discussão da sexualidade em todas as disciplinas	A maioria respondeu que a disciplina de Ciências seria a mais indicada para conseguir informações sobre o assunto. Eles colocaram que deveria melhorar todas as disciplinas
Com quem conversa sobre sexualidade	Disseram ser importante discutir sobre o assunto com alguém da família; mãe, avó, irmão, pai, tios, e dialogavam com amigos, embora um afirmou que não é para ser conversado.
Sugestões da abordagem do tema na sala de aula	Alguns não souberam sugerir, outros colocaram estratégias e atividades que podem auxiliar, como: palestras, gincanas, pesquisas, trabalhos com maquete. Um aluno enfatizou não ter aula de sexualidade.
Informações sobre sexualidade que aprendeu nas aulas	A maioria afirmou ter conhecimento prévio sobre a sexualidade, e os outros que aprenderam sobre a prevenção de doenças, especialmente AIDS e sobre fertilidade.
Trabalho desenvolvido na escola sobre respeito à sexualidade	Os alunos afirmaram que o respeito a sexualidade não está sendo realizado na escola. Um aluno colocou que quem dar o enfoque sobre o assunto é a professora de ensino religioso.
Proteção na relação sexual e medos relacionados à sexualidade	Colocaram principalmente em pegar doenças, como DST/AIDS e de engravidar, de ser expulso de casa.

Fonte: Pesquisa de Campo

Neste Quadro 3 fizemos um resumo das respostas fornecidas pelos alunos nas entrevistas com base no Guião de Respostas.

5.2 O TEMA SEXUALIDADE NA VISÃO DOS PROFESSORES

Iniciamos a apresentação dos resultados das entrevistas aplicadas com os professores nas duas escolas pesquisadas, e de acordo com o que foi proporcionado no universo da pesquisa, destacaremos os resultados obtidos.

Procuramos saber dos entrevistados se conheciam a proposta do tema sexualidade contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Nas respostas oferecidas, os professores (P. 1) e (P. 2) de língua portuguesa disseram ter visto o tema nos PCN, porém de maneira não muito aprofundada, mesmo assim

enfatazaram ser necessário falar sobre a sexualidade em sala de aula. Os professores (P. 4) e (P. 5) de ciências e de educação física disseram ter conhecimento sobre a proposta. O outro professor (P. 3) de ciências complementou que: “[...] O professor deve esclarecer o aluno a respeito das modificações do corpo humano, a questão das drogas, dos métodos contraceptivos, da gravidez, da gestação na adolescência”. Apenas o professor (P. 6) de educação física disse não conhecer a proposta do tema sexualidade nos PCN. Constatamos pelas respostas que embora tenham o conhecimento sobre o tema, as discussões enfatizam as questões relacionadas com o fator biológico.

É importante frisar que deve-se abordar as habilidades previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais quanto ao respeito à diversidade de valores, crenças e comportamentos e valorizar o cuidado com a saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual, não contemplado nas falas dos Professores.

Indagados sobre o que acham da discussão do tema sexualidade na escola, os 06 (seis) entrevistados enfatizaram ser de grande importância para o esclarecimento e orientação sexual na adolescência, ao mesmo tempo declararam que a discussão deve ser apresentada por quem entende, no caso, um professor de ciências, por exemplo. O tema pode tirar dúvidas, gerar questionamentos, tanto que, segundo o professor de língua portuguesa (P. 2), foi realizado no ano passado um seminário de formação sobre o Dia Mundial de Combate a AIDS.

[...] tema de sexualidade despertou rebuliço na escola, então assim, a gente foi tentando convencendo e alguns que se mostraram irredutíveis pegamos e agimos sem mesmo eles quererem, né? [...] Tem muitas barreiras ainda, mas tem que saber, tem que ter a mente aberta, tem que ter preparo, tem que estudar o tema, certo? Porque senão aí fica complicado (P. 2).

Sousa, na sua pesquisa de Mestrado, demonstra a dificuldade em trabalhar sexualidade, comparável ao que foi observado nesta pesquisa.

[...] No entanto, as dificuldades dos profissionais que nela atuam são reveladas na resistência em trazer para a sala de aula e para os espaços institucionais o debate sobre o tema, justificada na falta de preparo para as situações que surgem na sua prática diária (SOUSA, 2010, p. 88).

Diante das informações colhidas, é importante como sugestão que seja implantado um programa de orientação sexual na escola com objetivo de nortear os professores a transformar a disciplina em um tema estruturante de suas aulas. Santos; Ippolito sugerem que os educadores tenham na sua formação a inclusão do tema, haja vista que na matriz curricular o assunto deve ser contemplado.

Antes mesmo de capacitar os professores, as secretarias de educação poderiam solicitar que os cursos de graduação e pós-graduação em educação incluíssem o tema na matriz curricular na formação dos profissionais da educação. Na verdade, o tema deveria ser parte integrante da formação dos educadores desde o início da preparação para o exercício da profissão. Só assim passaria a fazer parte dos etos da profissão, introjetado na subjetividade desses profissionais de maneira permanente (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 196).

Na realidade, confrontando com os aspectos observados, percebe-se que, para a escola, a sexualidade é algo a parte, tabu, o professor não se sente preparado. Neste sentido o que a escola tem feito é “muito pouco” ou “quase nada”, em se tratando de currículo. Conforme Pesquisa realizada por Louro (2007), a escola esquece que a sexualidade dos alunos não fica do lado de fora, e sim acompanha cada indivíduo, porque faz parte de sua identidade. De acordo com as pedagogas, na escola há mobilização em torno da temática, entretanto, durante dois semestres de observação desta pesquisadora, nenhuma ação propriamente dita foi desenvolvida em sala de aula que abordasse o tema.

Em sua pesquisa já citada anteriormente, Marilza Rodrigues faz a abordagem da dificuldade de falar sobre sexualidade tanto pelos pais como os professores.

Mesmo na atualidade, é comum os pais evitarem falar de sexualidade com os filhos, pois pensam que este tipo de diálogo pode antecipar o interesse e a prática do assunto. Já com o professor, o sentimento é de não se sentir capaz para informar, ocasionando resistência, superficialidade e até senso comum. Na maioria das vezes é o professor de ciências que ministra as aulas e pode acontecer, até por causa da própria formação, uma valorização do biológico e da higiene em detrimento de uma dimensão mais ampla e global que envolve a sexualidade, isto é, da emoção, do sentimento, da história e da cultura. Portanto, preparar pais e educadores é tarefa parecida e há de se investir na formação e

capacitação para vencer tabus e preconceitos (RODRIGUES, 2011, s.p).

Nesta pesquisa realizada nas duas escolas, pudemos constatar que a observação feita pela pesquisadora Marilda Rodrigues se assemelha com a situação encontrada, embora estejam inseridas em espaços diferentes.

Com relação ao questionamento sobre as orientações dadas aos alunos sobre sexualidade, a professora de língua portuguesa disse: “Não. Nunca dei” (P. 1). Outros professores emitiram suas opiniões em relação à importância de orientar os alunos sobre a sexualidade:

Importante porque nós trabalhamos com adolescente e todo mundo sabe que a sexualidade aflora a olhos nus né? Então é uma necessidade diante do que está ocorrendo, que os pais são pessoas ocupadas agora e a escola tá se encarregando praticamente da, da educação intelectual, até a educação doméstica. Porque o aluno chega aqui com quatro anos e a mãe joga e vai trabalhar e pronto. Então praticamente nós estamos com esse menino pra orientar infelizmente pra tudo. O aluno chega aqui com quatro anos e a mãe joga e vai trabalhar e pronto. Então praticamente nós estamos com esse menino pra orientar infelizmente pra tudo (P. 2).

Dou! No oitavo ano que eles tão nessa parte do corpo humano, eu falo a respeito das DSTs, de, principalmente sobre a AIDS, é... a questão da gravidez na adolescência, os riscos, a questão de namoro, até mesmo assim uns temas que eu digo, qual é o tema que vocês desejam? Ai eles falam na hora a questão do “ficar”, do namoro, da primeira relação sexual, da virgindade e a gente até faz essa discussão na sala de aula (P. 3).

Na opinião dos professores de ciências (P. 3) e (P. 4), o assunto é abordado em sala de aula sempre que aparece algo que evidencie e quando existe interesse dos alunos. O professor (P. 4) acrescenta que a orientação é dada “de acordo com a necessidade e interesse que surgem em sala de aula”. Santos; Ippolito norteiam como deve ser discutido o assunto sexualidade em sala de aula, da mesma forma que foi focado pelo professor entrevistado.

A capacidade de escutar é um eficiente instrumento pedagógico nessas situações. O educador deve estar disponível para ouvir o que as crianças e adolescentes tem a dizer e, só então, tentar solucionar as dúvidas que surgirem. Para isso, precisa estar em sintonia com os aspectos psicológicos infanto-juvenis e saber identificar os medos, as

ambiguidades e as dificuldades geradas pelo conhecimento da sexualidade (2011, p. 203).

Os dois professores de educação física (P. 5) e (P. 6) disseram que sempre procuram passar informações sobre a sexualidade, não de maneira tão aprofundada, mas “discutindo as matérias recentes abordadas na mídia e conhecimentos próprios sobre o assunto... e, quando necessário, fazemos palestras sobre as doenças sexualmente transmissíveis” (P. 5). Nesta perspectiva observa-se ser fundamental que a escola possa se tornar um espaço adequado a disponibilizar aos estudantes orientação sexual, além de repassar informações mais completas, onde os alunos possam discutir, refletir, questionar e estabelecer juízos de valor. No entanto, as respostas não vão nessa direção. Na verdade, parece ser ausente por desconhecimento, medo, tabu ou questões pessoais.

“Identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos” (BRASIL, 1997, p. 133-134), são atribuições previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para serem trabalhados nas escolas.

Em relação aos materiais didáticos utilizados em salas de aula sobre a temática da sexualidade, os professores afirmaram que usam vídeos, slides, textos, panfletos e até camisinha. Os PCN orientam como o tema pode ser trabalhado pelos educadores sugerindo, inclusive, o material a ser empregado.

Os educadores podem utilizar diferentes materiais para esses trabalhos (didáticos, científicos, artísticos etc.), analisando e comparando a abordagem dada ao corpo pela ciência, pela propaganda e pela arte; por exemplo, discutindo e questionando o uso de um certo padrão estético veiculado pela mídia. Pode também incentivar a produção (coletiva e individual) das representações que crianças e adolescentes têm sobre o corpo, por meio de desenhos, colagens, modelagem, etc. (BRASIL, 1997. p. 321).

A professora de língua portuguesa (P. 1) disse não utilizar nenhum recurso porque nunca ministrou esse tema em sala de aula, preferindo deixar o assunto a cargo de um professor de ciências. Ela complementou que:

[...] Sempre que eu vejo que os alunos estão assim com muita necessidade, eu prefiro, eu me esquivo mesmo, mas não me

esquivo é... de forma assim... que... eu não diga nada, alguma coisa eu digo, procuro esclarecer pelo menos um pouquinho, mas aí eu sempre deixo pra o professor de ciências mesmo, porque tanto porque eu não tive mesmo, toda a minha formação não tive preparo, não sou dessa área, como talvez eu tenha mesmo uma... uma inibição pra tratar, então eu... eu trato mesmo superficialmente e quando eu vejo que estão querendo mais aí eu saio mesmo da situação e deixo, e encarrego que procure o professor de ciências (P. 1).

A resposta da Professora deixa claro que são muitos os problemas e dificuldades enfrentadas por escolas e professores ao lidar com questões relacionadas ao assunto.

Com relação à questão se os professores perceberam em seus estudantes informações ou desinformações sobre o assunto sexualidade, (04) quatro professores disseram que os alunos geralmente não são bem informados. Para os professores de língua portuguesa (P. 1) e (P. 2) sempre têm mais conhecimentos para repassarem a eles, porém, quando há alguma pergunta sobre o assunto, preferem pedir que procurem conversar e discutir o assunto com outro professor e sugerindo que o mais indicado seria um professor de ciências.

Os professores de ciências (P. 3) e (P. 4) expuseram que a maioria dos alunos obtém conhecimentos porque tem acesso aos meios de informação e comunicação, como televisão, internet. Já os dois professores de educação física (P. 5) e (P. 6) declaram que apesar de toda informação obtida ainda existe a falta de cuidados de muitos, “[...] geralmente eles estão bem informados, porém não se cuidam com relação à gravidez indesejada. Notamos muitos casos de adolescentes engravidarem por falta de cuidado com a prevenção” (P. 5).

A escola deve se organizar para que os alunos, ao fim do ensino fundamental, sejam capazes de: [...] conhecer e adotar práticas de sexo protegido, desde o início do relacionamento sexual, evitando contrair ou transmitir doenças sexualmente transmissíveis, inclusive o vírus da Aids; evitar uma gravidez indesejada, procurando orientação e fazendo uso de métodos contraceptivos; consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito de sua sexualidade (BRASIL, 1997, p. 13).

Há contradições entre a certeza da falta de informação e da necessidade de tratar sobre o tema, entretanto, isso não é feito no espaço que tem a função de educar. Na realidade, segundo Egypto (2003, p. 17), “[...] ainda existe muita

desinformação, muita coisa não se sabe a respeito do corpo, da contracepção, das doenças sexualmente transmissíveis, da Aids, etc.”.

Na fala dos professores de língua portuguesa ficam implícitas as dificuldades de abordar o tema e a falta de informação. Na opinião do professor de ciência (P. 3), a Orientação Sexual para a formação dos adolescentes na escola é muito importante porque ainda existem entre os alunos muitas dúvidas e vergonha de pedir algum tipo de esclarecimento. De acordo com esse professor:

Ah, é muito importante. A gente vê que mesmo com todo esse esclarecimento nosso, desde o oitavo ano, no nono ano, chega no ensino médio a gente ainda percebe a dúvida assim dos alunos, eles falam ah! professora olhe, eu transei sem camisinha, eu vou engravidar? É lógico né?, assim, a gente explica isso a eles, porque a gente vê que mesmo com toda a informação ainda são jovens assim não tão amadurecidos, assim tem um amadurecimento, assim, tem algumas dúvidas e ficam com vergonha, não perguntam tudo na plenitude, tem vergonha do colega até “onda”, eles falam professora eu não vou perguntar não senão os meninos vão saber que eu não sou virgem mais. Mas aí a gente tenta esse reforço, vira e mexe às vezes não tá bem dentro do assunto do livro, mas aí terminei já o assunto eu digo olhe vamos fazer uma coisa diferente, qual é o assunto que vocês querem que a gente comente na aula tal? Aí eles falam, ah professora vamos falar sobre o corpo humano, sobre gravidez, aí eu entro nesse assunto e volto a falar, e também eu acredito que não só na escola, mas os pais tem que contribuir, mesmo sabendo que deve ter assim um tabu, né? Uma barreira, pra uma mãe chegar e dizer minha filha se você quiser manter relações mantenha, use camisinha, eu acho que é mais difícil isso aí, porque parte pra questão religiosa, né? As mães tem medo, não aceitam muito, né? (P. 3).

É conveniente registrar ainda o depoimento do professor (P. 4): “Se faz importante, respeitando a faixa etária para também informar de maneira simples e clara sobre a sexualidade, salientando também que é preciso trabalhar junto aos familiares”. O tabu, a vergonha, e assim, a ausência do debate que embora seja necessário e recomendado impedem que o tema seja trabalhado em todas as disciplinas de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Questões presentes, como a intolerância, a homofobia, o preconceito à homossexualidade, também são enfocados nas falas dos professores. Neste sentido Paulo Freire enfatiza no Livro Pedagogia da Autonomia:

É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo.

Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres (2002, p. 39).

O Professor de Educação Física declarou ser preciso clarificar sobre sexualidade, principalmente sobre a orientação sexual, ele coloca: “[...] procuro discutir de uma maneira simples que eles possam entender e tentando esclarecer sobre a polêmica para se evitar problemas futuros com relação à sexualidade principalmente sobre a ‘opção sexual’ de cada indivíduo” (P. 5). Neste sentido, Moizés (2007), acrescenta que a escola deveria orientar e proporcionar ao educando meios de escolher o seu próprio caminho, sendo necessário, e de extrema importância, um programa de educação para a orientação sexual nas escolas. Enfatiza-se a grande responsabilidade desta instituição sobre o assunto, pois é dentro da escola que o estudante se inicia na vida social, sendo um dos locais em que se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade. Há de se questionar como isto ocorre; de que maneira a sexualidade perpassa o espaço escolar, adentrando na Educação.

Quando solicitados para falarem sobre como abordavam questões da sexualidade dentro dos interesses e possibilidades de compreensão próprias da idade de seus alunos, o professor de ciências (P. 4) e os dois de educação física (P.5) e (P. 6) disseram que discutiam de maneira natural e de forma compreensível, a fim de que os alunos entendessem o assunto e conseguissem elucidarem as suas dúvidas. Já a professora de língua portuguesa (P. 1) disse que “[...] eu procuro nem encaixar isso na minha, na minha, no meu conteúdo, só se houver mesmo necessidade”. Na opinião de outro professor de português (P. 2) só se deve trabalhar esse assunto em sala de aula a partir de certa idade, após os nove anos, por exemplo. Já o outro professor de ciências (P. 3) diz que sempre enfoca esse

tema com bastante material didático e de maneira bem objetiva, principalmente mostrando de forma clara os perigos das DST's nas relações sexuais sem o uso do preservativo.

A orientação sexual é um dos temas transversais previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e pode ser trabalhada como uma intervenção pedagógica, de forma que o tema seja problematizado e favoreça uma reflexão sobre a sexualidade, e assim, haja liberdade de expressão e bem-estar sexual, prazer, bem como o cuidar de si e do outro. No documento Introdutório dos PCN (BRASIL, 1997) está disposto que a escola deve tratar da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas, por isso deve dar uma atenção especial para discutir a temática com o alunado.

Quando questionados se já procuraram embasamento teórico nos Parâmetros Curriculares Nacionais sobre Orientação Sexual para saber como lidar com o assunto junto aos alunos, a professora de língua portuguesa (P. 1) informou que: “não procurei nem vou procurar, porque como eu falei se for preciso mais informações ele vai estudar com quem é da área, porque a minha área já é muito abrangente”. Na opinião do professor (P. 2) da mesma disciplina, é importante estudar os PCN e também outros livros didáticos que tem temas transversais para poder se preparar bem nas questões relacionadas com a sexualidade “ser trabalhada com mais força”. Já os professores de ciências (P. 3) e (P. 4) disseram não procurar embasamento teórico nos PCN, porque têm outras fontes didáticas para abordar o tema em sala de aula. O professor de educação física (P. 5) afirmou ter procurado embasamento teórico nos Parâmetros para saber como lidar com o assunto junto aos alunos, e o professor (P. 6) respondeu que não procurou.

Entre os sujeitos interrogados encontramos resistência, ausência, conforme enfatizado anteriormente, outros reconheceram a importância dos PCN, bem como a necessidade em procurar informações em outras fontes. De acordo com estes professores, os Parâmetros não constituem de fato referência para o fazer didático dos docentes, contradizendo as orientações das normatização do Ministério da Educação. Freire (2004, p. 38) afirma que:

Educar é uma atividade de risco, que envolve uma reflexão crítica, capacidade de avaliar o próprio conhecimento, sua

segurança em transmiti-lo e de avaliar a influência socializadora que a escola possui. O professor deve também ensinar a pensar certo, sendo a prática educativa em si um testemunho rigoroso de decência e pureza.

Destarte o domínio do conhecimento a ser transmitido aos estudantes é fundamental para que os mesmos reflitam e aprendam sobre determinado assunto. Por isso, o embasamento teórico nos PCN no que se refere aos temas transversais ligados à sexualidade deve ser uma prática constante dos professores de todas as disciplinas.

Solicitado aos professores que descrevessem as competências e habilidades que devem ser formados nos alunos relacionados ao tema transversal sexualidade, as respostas foram diversas:

Nas competências e nas habilidades eu acho que só entra assim em relação a respeito ao próximo, questões éticas que é em qualquer conteúdo como eu falei, não tem nada direcionado, nada direcionado pra sexo, em língua portuguesa não, tem sim se for a questão do respeito, isso tem, tem sempre, isso tem, isso pode ser trabalhado em qualquer série, mas não diz, não diz qual é o assunto então quando eu estou em um capítulo que o assunto é por exemplo, questões polêmicas como o aborto, tiro, algumas dúvidas se eu souber. Como eu vou ter lido um texto, geralmente vai ser dentro do tema eu vou conseguir sim (P. 1).

O professor também de língua portuguesa (P. 2) disse que deve ser formada a questão do respeito ao próximo, da orientação sexual do colega e a questão da adolescência mesmo, assim, a não vulgarização do sexo.

Olhe, ele tem que ser um cidadão certo? A primeira competência dele é ele entender o que é ser um cidadão, certo? A habilidade que ele vai ter que, ser um cidadão né? [...] Competência dele se tornar um cidadão de bem, né? Porque ele vai tá enfrentando aí uma vida, uma vida cheia de, ... de, cheia de dificuldade e situações que ele tem que usar o raciocínio dele pra ver qual a escolha que ele deve tomar, e a sexualidade, é isso. [...] (P. 2).

Eu explico que deve ser um momento a dois, um momento de carinho, pra, pra não se tornar vulgar, porque elas ficam com aquela curiosidade tamanha, de, de começar a vida sexual aí depois se arrepende e sai com um rapaz, sai com outro e a gente explica essa questão da vulgaridade, até psicologicamente que ela depois vai se sentir inferior, vai se sentir desgastada com essa relações, né? Então, a gente espera que o aluno ele, ele se situe, se respeite, respeite o próximo e se conheça, né? Fisicamente (P. 3).

O respeito ao outro também é destacado pelo professor de ciências (P. 3), respeito às diferenças a fim de que o outro não seja discriminado e rejeitado pela sociedade. Segundo o outro professor de ciências, as competências e habilidades que devem ser formados no aluno relacionado ao tema transversal sexualidade estão pautadas ao conhecimento “biopsicossocial, a fisiologia humana, e procurando esclarecer as dúvidas que surgem de acordo com a faixa etária de cada aluno” (P. 4). Para o professor de educação física, em relação às competências e às habilidades:

Devemos tratar da evolução hormonal, das mudanças físicas no corpo, de como se fazer sexo com segurança, de como se prevenir das doenças sexualmente transmissíveis, dos problemas de ‘opção sexual’ de cada indivíduo, que devemos respeitar a ‘opção sexual’ do outro independente de qual seja, pois se não aceitamos a sua opção sexual estamos cometendo homofobia (P. 5).

Winnicott faz uma abordagem sobre esse assunto:

É muito conveniente quando a sexualidade de uma criança se desenvolve de um modo predominantemente masculino, e uma menina predominantemente feminina. No entanto, a sociedade tem muito a ganhar tolerando tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade no desenvolvimento emocional das crianças (1983, p. 128).

As competências e as habilidades que devem ser formadas no aluno, relacionado ao tema transversal sexualidade, segundo outro professor de educação física devem estar voltadas para a questão da saúde “[...] a sexualidade, ela está relacionada, quer queira quer não, diretamente a questão de saúde, né, e aí vem a parte biológica da coisa, vem a parte social, vem a parte psíquica, né? E o aluno tem que entender cada caso de cada pessoa, [...]” (P. 6).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), os professores são responsáveis pela Orientação Sexual formal dos seus alunos, independentemente da disciplina ministrada. Portanto, pode-se considerar que nesta fala do professor encontra-se, em parte, afinada com os PCN, os quais atribuem aos professores à responsabilidade de desenvolverem a temática da sexualidade na sala de aula, contribuindo para a formação sexual, como também transformar comportamentos e atitudes dos seus alunos.

A escola, ao definir o trabalho com Orientação Sexual como uma de suas competências, o incluirá no seu projeto educativo, isso implica numa definição dos princípios que deverão nortear esse trabalho e sua explicitação para toda a comunidade escolar envolvida no processo educativo dos alunos. Tais princípios determinarão desde a postura diante das questões relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola, até a escolha de conteúdos a serem trabalhados junto aos alunos.

Conceitualmente, a escola não é uma instituição meramente transmissora de conhecimentos, mas um espaço em que se trabalham os saberes, os afetos, os valores, as normas, os modelos culturais e os direitos. É também na escola que se constrói modelos de sociedade. Entendê-la sob essa perspectiva significa reconhecer que muitos de seus problemas se originam além de seu espaço pedagógico, e que, portanto, só podem ser enfrentados se houver uma articulação com outras instâncias sociais (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 43).

O compromisso, portanto, dos Temas Transversais é com a construção da cidadania, o que implica praticar princípios éticos – respeito, solidariedade, responsabilidade, uso construtivo da cidadania, liberdade e autonomia; e princípios políticos – direitos e deveres da vida cidadã (FREIRE, 2002). O professor, no intuito de apoiar os alunos, precisa debater sobre a sexualidade de maneira clara, respeitando os sentimentos, crenças e valores construídos. Há necessidade, no entanto, de uma ampla e contínua formação desses professores, de planejamento, da utilização de material adequado, visando abstrair ideias preconcebidas e preconceituosas e eliminando tabus.

O processo educativo é um instrumento significativo que a sociedade dispõe no enfrentamento aos problemas que angustiam os adolescentes. Portanto se faz necessário que lhes sejam repassadas as informações adequadas sobre as manifestações da sexualidade, as formas de prevenção de uma gravidez não planejada e as presumíveis doenças que podem decorrer de um ato sexual sem proteção, como também associar as emoções, sentimentos, e sensações de prazer e as responsabilidades que devam ser assumidas diante dos seus atos. Destarte, espera-se que os professores revejam as ferramentas e a forma de transmitir a inclusão do tema sexualidade em suas disciplinas.

Quadro 4 - No que respeita à gestão curricular dos professores e suas representações, opiniões e conhecimentos sobre o tema

Perguntas da entrevista	Resultados
Conhecimento da proposta do tema sexualidade	A maioria afirmou que tinha conhecimento sobre o tema nos PCN, porém de maneira não aprofundada.
Discussão do tema sexualidade na escola	Enfatizaram ser de grande importância para o esclarecimento e orientação sexual na adolescência, declararam que a discussão deve ser apresentada pelo professor de ciências, priorizando as questões relacionadas com o fator biológico.
Orientações dadas aos alunos sobre sexualidade	O assunto é abordado em sala de aula sempre que aparece algo que evidencie e quando existe interesse dos alunos, de maneira tão aprofundada.
Em relação aos materiais didáticos utilizados	Os professores afirmaram que usam vídeos, slides, textos, panfletos e até camisinha. Um disse não utilizar nenhum recurso porque nunca ministrou esse tema.
Percepção sobre informações ou desinformações do assunto pelos alunos	Expuseram que os alunos geralmente não são bem informados, e que obtêm conhecimento do tema sexualidade por terem acesso aos meios de informação e comunicação.
Importância da orientação sexual pra a formação dos adolescentes	Enfatizaram que a orientação sexual é de grande interesse, uma vez que a sexualidade está envolvida no desenvolvimento humano em qualquer fase da vida, e a escola deve proporcionar discussões na relevância que o tema desperta.
Discussão das questões polêmicas ligadas à sexualidade	Consideravam ser importante trabalhar educação sexual e discutir as questões polêmicas à sexualidade de maneira simples e clara e que fosse discutido junto aos familiares.
Abordagem do tema dentro dos interesses e possibilidades de compreensão da idade dos alunos	Disseram que discutiam de maneira natural e de forma compreensível, que sempre enfocavam tema principalmente mostrando de forma clara os perigos das DST's nas relações sexuais sem o uso do preservativo. 01 disse que não abordava o assunto nas suas aulas.
Embasamento teórico nos PCN sobre Orientação Sexual	Afirmaram não terem procurado embasamento teórico nos PCN para saber como lidar com o assunto junto aos alunos, buscando orientação em outras fontes didáticas.
Descrição das competências e habilidades que devem ser formados nos alunos	Disseram que os PCN devem contribuir para a formação relacionada à questão do respeito ao próximo, à orientação sexual do colega, nas questões da saúde e prevenção e orientar para ser um sujeito cidadão.

Fonte: Pesquisa de Campo

No Quadro 4 fizemos um resumo das respostas fornecidas pelos professores durante as entrevistas, com base no Guião de Respostas.

Neste capítulo foi apresentada a análise das entrevistas realizadas com professores e estudantes de duas escolas públicas de João Pessoa, fazendo um parâmetro com o referencial teórico utilizado nesta pesquisa. Em seguida discorreremos sobre a Conclusão do trabalho relacionando com a problematização e os objetivos definidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito analisar a inclusão do tema sexualidade previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais no Currículo Escolar de Escolas Públicas de Ensino Fundamental em João Pessoa – PB, desta forma nas entrevistas realizadas foi constatado vários aspectos, a seguir discriminados:

Analisando os conteúdos do tema transversal sexualidade, tendo como referência as Escolas (A) e (B), observa-se que os estudantes têm informações sobre sexualidade, entretanto, não significa dizer que o conhecimento sobre o tema seja suficiente a ponto de se sentirem seguros e determinados em seus posicionamentos. São elementos básicos que necessitam de aprimoramento, pois foram adquiridos em sua maioria em ambientes fora da escola, da família, enfim, conteúdos que não tiveram os objetivos de formar o cidadão para o enfrentamento de uma realidade que se encontra cada vez mais presente no seu cotidiano: a questão da sexualidade como uma atitude consciente e responsável e não apenas instintiva.

Os temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem a orientação de se trabalhar o tema sexualidade nas escolas, precisamente para que os conteúdos obtenham um enfoque crítico e reflexivo, onde os alunos não apenas recebam informações, mas que possam entender a importância de inserir em sua rotina diária as orientações compartilhadas, objetivando poder vivenciar uma vida sem tabus, discriminações e preconceitos, onde sejam vistos as questões físicas, mas também se valorize os aspectos subjetivos.

Para os estudantes, quaisquer informações em sala de aula que possam esclarecer dúvidas relacionadas à sexualidade como: fecundação, prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis, é importante para suas formações e mudanças de atitudes no convívio social.

Os alunos acreditavam ser significativo ter a escola como fonte de informação na compreensão de um tema tão importante que é a sexualidade. Porém, os próprios professores não assimilaram o quanto é fundamental inserir nos conteúdos curriculares e programáticos, o caráter condutor dos PCN, quando nestes estão expostos seus temas transversais, e como a escola deve tratar do assunto

sexualidade de uma maneira pedagógica voltada para construção do sujeito cidadão.

Durante a aplicação das entrevistas identificamos que os estudantes consideram importante a inclusão do tema sexualidade na sala de aula, numa perspectiva transdisciplinar e sejam enfocadas as questões relacionadas à prevenção. Foram feitas indagações no sentido de identificar a opinião dos estudantes sobre os ganhos formativos adquiridos com a inclusão da Orientação Sexual no currículo escolar. Elencaram que sempre se faz necessário discutir o tema em sala de aula ressaltando as doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, bem como a maneira de preveni-las e evitar gravidez não planejada.

Destacamos a dificuldade de entrevistar os professores que demonstraram desinteresse em expor suas opiniões relativas à sexualidade. Através das análises realizadas, observou-se que a sexualidade é pouco ou quase nada discutida e quando tratada, é vinculada, apenas ao fator biológico, aos órgãos genitais e questões relacionadas com a reprodução e os métodos de prevenção, deixando a cargo dos professores de ciências abordarem em suas aulas, por entenderem que seria conteúdo específico dessa disciplina e não visualizavam a dimensão da sexualidade que se estende além da dimensão da saúde.

Uma dos problemas encontrados pelos professores para discutirem o assunto na escola estava relacionado à falta de conhecimento dos temas transversais, fato que dificultava a inserção dos PCN em sala de aula. Não foi detectada a natureza transdisciplinar na abordagem da sexualidade no currículo escolar nas escolas pesquisadas, como enfatizada anteriormente, este enfoque foi sugerido para ser abordado nas disciplinas de ciências.

Os entrevistados foram unânimes ao afirmarem que a orientação sexual é de grande interesse, uma vez que a sexualidade está envolvida no desenvolvimento humano em qualquer fase da vida, e a escola deve proporcionar discussões na relevância que o tema desperta. A pesquisa demonstrou que não existem programas de orientação sexual desenvolvidos pelas escolas e as questões são abordadas de modo pontual e sem perspectiva de um processo contínuo.

Percebeu-se, durante esta pesquisa, uma dicotomia entre a teoria e a prática: que a teoria prevista nos Parâmetros se revela de forma a preencher as

necessidades dos alunos, porém na prática, os conteúdos oferecidos pelas escolas não condizem com essa teoria, por isso, torna-se de fundamental importância que se invista na formação continuada de toda a equipe de profissionais da educação em relação ao tema transversal sexualidade, objetivando redimir os entraves e as dificuldades em trabalharem com o tema na escola.

Os professores consideravam ser relevante a orientação sexual nas escolas, mas que versasse em um assunto das disciplinas que visam unicamente os fatores biológicos, como Ciências e Biologia, no entanto, esta visão diverge da proposta contida nos PCN, pois enfatizam que a base para a condução de se trabalhar o tema como uma orientação e não como um mero instrumento para expor informações que apenas eliminem a curiosidade dos alunos. Desta maneira é indispensável que professores e a equipe que compõem a instituição escolar insiram em seu Projeto Político Pedagógico a orientação sexual dentro das diretrizes estabelecidas pelos Parâmetros. Nessa proposta é fundamental que o docente tenha conhecimento mais aprofundado desse instrumento, a fim de que, conforme demonstrado na pesquisa, junto aos professores, os temas transversais referentes à sexualidade não passem quase despercebidos dentro dos planos de aula.

É importante, ainda, assinalar que embora professores das diversas disciplinas afirmassem ter conhecimento do tema transversal 'sexualidade', encontravam grande resistência e muitas vezes não conseguissem transmitir o que preconiza os PCN, afirmando terem dificuldades de lidar com sua própria sexualidade, aspectos que envolvem questões subjetivas existentes na história singular de cada sujeito, como preconceitos, tabus. Neste sentido se faz necessário que toda a equipe da escola procure trabalhar sua subjetividade para que assim tenha condições de desenvolver com eficiência o tema em conformidade com os PCN, o que certamente irá contribuir para transformar e facilitar na maneira de compreender, discutir e abordar o assunto em sala de aula. Dentro desse aspecto o papel do professor é determinante no sentido de conduzir o adolescente a refletir sobre suas atitudes no comportamento sexual com responsabilidade.

Ao procurar identificar quais os materiais didáticos aplicados pelos professores para trabalharem a sexualidade, constatou-se que o tema, quando discutido é realizado através de aulas expositivas e ocasionalmente utilizados

panfletos informativos distribuídos na Rede de Saúde. Vale ressaltar que os PCN especificam diversos materiais que podem ser usados para essa finalidade.

Na sociedade, o sexo ainda permanece como sendo um tabu, e os problemas relacionados à sexualidade são frequentes, por isso, é imprescindível que a escola acompanhe o processo de desenvolvimentos dos adolescentes visando à prevenção de problemas tais como: gravidez não planejada, abuso sexual, distúrbios sexuais, entre outras dificuldades, como foi observado na pesquisa. Ressalta-se que os professores e estudantes dão ênfase as questões relacionadas aos medos que envolvem a sexualidade e sobre a proteção na relação sexual.

É imprescindível destacar que no decorrer desta pesquisa, foi mencionado pelos professores que não fazem uso no seu embasamento teórico, dos conteúdos previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na abordagem do tema sexualidade junto aos estudantes.

Após revisão da literatura sobre o tema objeto da pesquisa é fundamental levantarmos algumas considerações: a escola é vista com um importante instrumento para divulgar informações, e tem o dever de interagir com a família e a sociedade. Ainda encontramos o desafio de provocar o debate de diversos temas, incluindo os transversais, não apenas os relacionados à orientação sexual, respeitando a individualidade dos sujeitos.

Apesar das dificuldades encontradas para tornar esta pesquisa viável, o resultado foi compensador e satisfatório, pois contribuiu para uma melhor compreensão e conhecimento de como o tema sexualidade está sendo abordado em sala de aula. O que se espera é que os Parâmetros Curriculares Nacionais sejam levados para o cotidiano escolar de forma mais incisiva e com naturalidade, tornando-se o documento base para orientar professores e outros profissionais da educação nas questões mais necessárias a formação da cidadania de toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Trad. de Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ALTMANN, H. **Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Estudos Feministas, ano 9, 2º Semestre 2001.
Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

AMARAL, M. G. T. do. **Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade: um texto perdido em suas sucessivas edições?**. Psicol. USP, v.6, n.2, São Paulo, 1995.
Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1678-51771995000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 ago. 2013.

ARELARO, L. R. G. Resistência e Submissão. A reforma educacional na década de 1990. In KRAWCZYK, N.; CAMPOS, M. M.; HADDAD, S. (Org.). **O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate**. Campinas - SP: Autores Associados, 2000.

BANDEIRA, M. **Redução da maioria penal**. Disponível em: <<http://marcosbandeirablog.blogspot.com/2010/03/reducao-da-maioridade-penal.html>>. Acesso em: 30 set. 2012.

BANDURA, A. **Modificação do comportamento**. Rio de Janeiro: Interamericana Ltda, 1979.

BISI, G. P. *et al.* **Psicologia geral**. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BLOS, P. **Adolescência: uma interpretação psicanalítica**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BONASSA, G. D. **A proteção social das gestantes adolescentes**. Monografia (especialização) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Curso de Especialização em Metodologias para o Atendimento à Criança e ao Adolescente. Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.pergamumweb.udesc.br/dados-bu/000000/000000000002/00000202.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2012.

BOSCOV, I. **O cientista que só pensava naquilo - Alfred Kinsey desbravou o estudo da sexualidade. Agora sua louca vida íntima é que é alvo de pesquisa**. Revista Veja, Edição 1876, 20 de outubro de 2004. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/201004/p_094.html>. Acesso em: 07 set. 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996)**. Diário Oficial da União, Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Orientação Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural Sexual.** Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: Louro, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogia da sexualidade.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 85-110.

CANO, M. A. T.; FERRIANI, M. das G. C.; GOMES, R. **Sexualidade na Adolescência: um estudo bibliográfico.** Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.8 no. 2. Ribeirão Preto: Apr, 2000.

CAVALCANTI, R. **Memórias do VII CLASES.** In: CONGRESO 15 LATINOAMERICANO DE SEXOLOGIA Y EDUCACION SEXUAL. I CONGRESO CUBANO DE EDUCACIÓN, ORIENTACIÓN Y TERAPIA SEXUAL. Anais. La Habana: Científico-técnica, 1996.

COSTA, D. B. **Estudo sobre a sexualidade dos Adolescentes de uma Escola Pública de Imperatriz – Maranhão.** Pesquisa em Foco, v. 16, n.1, 2008. Disponível em: <http://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/viewFile/12/196>. Acesso em: 26 set. 2012.

COSTA, M. C. O., *et al.* **Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção.** Jornal de Pediatria. Rio Janeiro: 2001; 77(Supl.2): s217-s24. Disponível em: <http://www.jped.com.br/conteudo/01-77-S217/port_print.htm>. Acesso em: 02 out. 2012.

COSTA, P. C. F. **Os Patamares de Adesão das Escolas à Educação Sexual.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

DAVIDOFF, L. **Introdução à psicologia.** 3 ed. São Paulo: Pearson Markon Books, 2001.

DUARTE, Y. A. O; DIOGO M. J. E. **Atendimento domiciliar: um enfoque gerontológico**. São Paulo: Atheneu, 2005.

EGYPTO, A. C. *Orientação Sexual nas Escolas Públicas de São Paulo*. In Junqueira, R. D. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 341-353.

_____. **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003.

FONSECA, M. **O Banco Mundial e a Educação: Reflexões sobre o caso brasileiro**. In: GENTILI, P. (Org.). *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública. (crítica ao neoliberalismo na educação)*. Petrópolis. RJ: Vozes, 1995.

FONSECA, M. **O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro**. Revista da Faculdade de Educação. Rev. Fac. Educ. vol.24 n.1 São Paulo Jan./Jun. 1998.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100004>. Acesso em: 12 fev. 2014.

FORNER, R. **Paulo Freire e Educação Matemática: Reflexos sobre a formação do professor**. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós Graduação em Educação. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2005.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRANCO JÚNIOR, H. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREITAS, J. G. de O. **No Quadro: O tema diversidade sexual na escola, com foco na homossexualidade. Nas carteiras escolares: os professores**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

FREUD, S. **Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, v. VII - 1901 - 1905. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FURLANI, J. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Pedagogia Queer: que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual?. In JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 293–323.

GANDRA, F. R.; PIRES, C. do V. G., LIMA, R. C. V. **O dia-a-dia do professor: Adolescência: afetividade, sexualidade e drogas**. Belo Horizonte: Fapi. 5 v, 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, W. de A., et al. **Nível de informação sobre adolescência, puberdade e sexualidade entre adolescentes**. Jornal de Pediatria, Rio de Janeiro, 78 (4): 301-8, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v78n4/v78n4a09.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.

GRIMAL, P. **O amor em Roma**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ltda., 1991.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. **Compêndio de Psiquiatria: Ciências do Comportamento e Psiquiatria Clínica**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

LOPARIC, Z. **Elementos da teoria winnicottiana da sexualidade**. Natureza humana. Versão impressa ISSN 1517-2430. Nat. hum. v.7 n.2 São Paulo. dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1517-24302005000300001&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2014.

LORENCINI JUNIOR, A. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUCENA, A. L.; PORTO, E. F. S. S.; ARAÚJO, E. C. **Paradigmas que norteiam a concepção sobre a sexualidade na adolescência: estudo de revisão de literatura**. Psicopedagogia online. Publicado em 13/06/2007. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=951>>. Acesso em: 29 set. 2012.

MARSIGLIA, A. C. G; MARTINS, L. M. “Programa Escola Ativa”: análise crítica. In: BARBOSA, M. V.; MENDONÇA, S. G. L. (Orgs.). **Ensino e aprendizagem como processos humanizadores: propostas da teoria histórico-cultural para a educação básica**: coletânea de textos da 9ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2010. 14p. ISSN: 2175-4063. Disponível em: <http://www.des.faced.ufba.br/educacampo/escola_ativa/programa_>. Acesso em: 29 set. 2012.

MARTINELLI, A. C. **A Orientação Sexual no Currículo Escolar: perspectivas e dificuldades**. TEMAS & MATIZES - Nº 13 - PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008.

Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/viewArticle/2487>>.

Acesso em: 15 ago. 2012.

MELLO, L.; GROSSI, M.P.; UZIEL, A. P. A Escola e @s Filh@s de Lésbicas e Gays: reflexões sobre conjugalidade e parentalidade no Brasil. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.).

Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MINAS GERAIS. **Atenção à saúde do adolescente**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Saúde SAS/MG. 152 p. 1ª Edição. Disponível em:

<<http://www.saude.mg.gov.br/publicacoes/linha-guia/linhas-guia/LinhaGuiaSaudeAdolescente.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23ª. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.

MOIZÉS, J. S. **A sexualidade na Compreensão de Professores do Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem Psiquiátrica), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2007.

MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V. **Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental**. Rev Esc Enferm USP 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n1/a29v44n1.pdf>>.

Acesso em: 24 abr. 2013.

NAGEL, L. H. **A crise da sociedade e da educação**. Revista Apontamentos – UEM, nº 9, 1992.

NARDI, A. E.; NUNES FILHO, E. T. P.; BUENO, J. R. **Psiquiatria e saúde mental: conceitos clínicos e terapêuticos fundamentais**. São Paulo: Atheneu, 2000.

NASIO, J. D. **O prazer de ler Freud**. Tradução Lucy Magalhães; revisão técnica Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

NOGUEIRA, D. M. **Gênero e sexualidade na educação**. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/2.DanielaNogueira.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde sexual e reprodutiva**. Disponível em:

<http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en/index.html>. Acesso em: 20 out. 2012.

Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

Pesquisa Nacional Diversidade na Escola. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, FIPE. São Paulo, MEC/SECADI/INEP/FIPE, 2009.

RODRIGUES JUNIOR, O. M. **Problemas Sexuais masculinos, femininos e de casal.** Disponível em: <<http://oswrod1.wordpress.com/2011/07/25/problemas-sexuais-masculinos-femininos-e-de-casal/>>. Acesso em: 02 out. 2012.

RODRIGUES, M. A. dos S. **Orientação sexual na escola: Bases para uma relação de bem-estar com a sexualidade.** Matéria publicada na **Edição 71 de set/2011** da Revista Direcional Escolas. Disponível em: <<http://www.direcionalescolas.com.br/edicao-71-set/2011/orientacao-sexual-na-escola>>. Acesso em: 19 jul. 2013.

SANTOS, B. R. dos; IPOLLITO, R. **Guia Escolar: Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Seropédica, RJ. EDUR/, MEC/SECADI, Brasília, 2011.

SANTOS, E. M. S. **Orientação sexual: um dos caminhos para o exercício de uma sexualidade saudável, responsável e protegida.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/orientacao-sexual-um-dos-caminhos-para-o-exercicio-de-uma-sexualidade-saudavel-responsavel-e-protegida/43257/>>. Acesso em: 28 set. 2011.

SAYÃO, L. F. **Bases de dados: a metáfora da memória científica. Ciência da Informação.** Brasília, v.25, n.3, 1996.

SILVA, G. L.; BIFFI, E. F. A.; GIULIANI, C. D. **Fatores que contribuem para a ocorrência da gravidez na adolescência.** Caderno Espaço Feminino, v.18, n.2, Ago./Dez 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/835/751>>. Acesso em: 29 set. 2011.

SOBRAL, O. J. **Representações Sociais de Sexualidade dos Professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.** Dissertação do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Goiás, 2008.

SOUSA, A. L. de. **Sexualidade Humana e Preconceito: do silêncio ao controle das condutas sexuais.** Dissertação de Mestrado. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

TONATTO, S.; SAPIRO, C. M. **Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências.** Psicologia & Sociedade; 14 (2): 163-175; jul./dez.2002. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v14n2/v14n2a09.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2012.

TORRES, C. A. Estado Privatização e Política Educacional. Elementos para uma crítica do neoliberalismo. In GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública. (crítica ao neoliberalismo na educação)**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1995.

UNICEF. **Iniciativa Global pelas Crianças fora da Escola Brasil. Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes**. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2012.

WINNICOTT, D. W. Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro *self*. In WINNICOTT, D. W. (Org.), **O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional** (pp. 128-139). Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

WONG, G. D. L. **Enfermagem pediátrica: elementos essenciais à intervenção efetiva**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

APÊNDICE 1

SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E EM CURRÍCULO ESCOLAR DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE JOÃO PESSOA - PARAÍBA

ROTEIRO DA PESQUISA COM OS ALUNOS

PARTE I – Dados sociodemográficos

Nome da Escola: _____

Idade: _____ Ano que estuda: _____

PARTE II – Roteiro

1. Em qual(is) disciplina(s) você estuda o tema da sexualidade na sua escola?
2. Descreva o que foi discutido desse assunto na sala de aula?
3. Fale o que você acha da discussão do tema sexualidade em sala de aula.
4. A discussão do tema sexualidade na sala de aula está sendo suficiente para esclarecer suas dúvidas?
5. Qual a importância de discutir sobre sexualidade em todas as disciplinas?
6. Com quem você conversa sobre sexualidade?
7. Quais as sugestões de como abordar esse tema na sala de aula?
8. O que você não sabia e aprendeu nas aulas sobre sexualidade?
9. Na escola é trabalhado sobre o respeito à sexualidade? Como isso é feito?
10. Fale sobre a proteção na relação sexual e medos relacionados à sexualidade.

APÊNDICE 2

SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E EM CURRÍCULO ESCOLAR DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE JOÃO PESSOA - PARAÍBA

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

PARTE I – Dados sociodemográficos

Idade: _____ Sexo: _____
Nome da Escola: _____
Disciplina que leciona: _____
Grau de Escolaridade: _____

PARTE II – Roteiro

1. Você conhece a proposta do tema sexualidade nos PCN? O que você acha da discussão desse tema na escola?
2. Você dá orientações a seus alunos sobre sexualidade?
3. Quais são os materiais didáticos que você procura utilizar em suas aulas sobre a temática em questão?
4. Você percebe em seus alunos informações ou desinformações sobre o assunto sexualidade?
5. O que você acha da Orientação Sexual para a formação dos adolescentes na escola?
6. Como você procura trabalhar e discutir as questões polêmicas ligadas à sexualidade com seus alunos?
7. Fale sobre como você aborda questões de sexualidade dentro dos interesses e possibilidades de compreensão próprias da idade de seus alunos.
8. Você já procurou embasamento teórico nos Parâmetros Curriculares Nacionais para Orientação Sexual para saber como lidar com o assunto junto aos alunos?
9. Descreva as competências e habilidades que devem ser formados no aluno relacionado ao tema transversal sexualidade.

APÊNDICE 3

FACULDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES
CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DISSERTAÇÃO DE CONCLUSÃO DE MESTRADO

PESQUISA: SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E EM CURRÍCULO ESCOLAR DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA

Pesquisadora Responsável: Prof.^a Dra. Marisete Fernandes de Lima

Pesquisadora Graduanda: Petronila Mesquita Videres

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa **SEXUALIDADE NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E EM CURRÍCULO ESCOLAR DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL DE JOÃO PESSOA – PARAÍBA** está sendo desenvolvida por Petronila Mesquita Videres, aluna do Curso de Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade Lusófona de Humanidades de Lisboa/Portugal, sob a orientação da professora Dra. Marisete Fernandes de Lima.

O objetivo deste trabalho é analisar o ensino dos temas transversais — sexualidade contidos nas diretrizes definidas nos PCN nas séries finais do ensino fundamental de escolas públicas de João Pessoa - PB.

A finalidade deste trabalho é contribuir para o engrandecimento da investigação científica, a aplicação em potencial das descobertas e a formação educacional de futuros profissionais e pesquisadores.

Solicitamos a sua autorização para participar deste estudo, e que os resultados obtidos possam ser apresentados em eventos da área de educação e/ou publicação em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, o nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora, se assim, desejar.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para colaborar com a pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, _____ de _____ de 2012

Assinatura do Participante da Pesquisa

Contato com a Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a Pesquisadora Petronila Mesquita Videres

Endereço: Rua Eutiquiano Barreto, 815, Apto 202 – Manaíra – João Pessoa/PB

Telefone: (83) 998212755 / 87070319

E-mail: mesquitapetronila@hotmail.com

Atenciosamente,

Petronila Mesquita Videres

ANEXOS

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Art. 5º. O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

§ 1º. Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:

I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º. Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º. Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do Art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º. Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º. Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

INTRODUÇÃO AOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Secretaria de Educação Fundamental
Iara Glória Areias Prado

Departamento de Política de Educação Fundamental
Virgínia Zélia de Azevedo Rebelo Farha

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas da Educação Fundamental
Maria Inês Laranjeira

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (1ª A 4ª SÉRIE)

Volume 1 - Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais

Volume 2 - Língua Portuguesa

Volume 3 - Matemática

Volume 4 - Ciências Naturais

Volume 5 - História e Geografia

Volume 6 - Arte

Volume 7 - Educação Física

Volume 8 - Apresentação dos Temas Transversais e Ética

Volume 9 - Meio Ambiente e Saúde

Volume 10 - Pluralidade Cultural e Orientação Sexual

B823p Brasil. Secretaria de Educação Fundamental.

Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos
parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de
Educação Fundamental. - Brasília : MEC/SEF, 1997.
126p.

1. Parâmetros curriculares nacionais. 2. Ensino de
princípios à quarta série. I. Título.

CDU: 371.214

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

INTRODUÇÃO AOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Brasília
1997